

ALINE TOSTES PALMA

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO
PARQUE ESTADUAL VÁRZEAS DO RIO
IVINHEMA: INTERFACE COM O TURISMO E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2006**

ALINE TOSTES PALMA

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO
PARQUE ESTADUAL VÁRZEAS DO RIO
IVINHEMA: INTERFACE COM O TURISMO E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, à
Banca examinadora, sob orientação da Prof^a. Dr^a
Emília Mariko Kashimoto

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2006**

Ficha catalográfica

Palma, Aline Tostes
P171p Patrimônio arqueológico e natural do Parque Estadual Várzeas do Rio
Ivinhema: interface com o turismo e o desenvolvimento local / Aline Tostes
Palma; orientadora Emília Mariko Kashimoto. 2006
96 f.: il.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo.
Grande, Mestrado em Desenvolvimento Local, 2006.
Inclui bibliografia

1. Patrimônio cultural 2. Turismo. 3. Arqueologia 4. Desenvolvimento local
I. Kashimoto, Emilia Mariko. II. Título

CDD-363.690981

Bibliotecária responsável: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1/757

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof^ª. Dr^ª. Emília Mariko Kashimoto
Universidade Católica Dom Bosco

Prof^º Dr^º Gilson Rodolfo Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^º Dr^º Antônio Jacó Brand
Universidade Católica Dom Bosco

*Dedico este trabalho ao João Arthur, meu
filho e meu tesouro que um dia chegará
neste estágio da vida e dará muito orgulho
a quem o ama ...*

*Nenhum homem consegue saber o que o futuro
poderá trazer.*

*Demóstenes
(320 a.C)*

*Quanto ao futuro, sua tarefa não é prevê-lo, mas
possibilitá-lo.*

*Saint – Exupéry
(1943)*

AGRADECIMENTOS

A quem posso agradecer? Muitas foram as pessoas que colaboraram para a conclusão deste trabalho. Pessoas que marcaram uma grande fase de minha vida, as quais jamais esquecerei. Momentos únicos em que se compartilhou sentimentos de felicidade, satisfação, esperança, tristeza, aflição, dúvidas, otimismo, amizade, entre outros que não é possível enumerar.

É possível enumerar sim algumas pessoas especiais, entre elas:

A professora Emília que me direcionou a um caminho que, para mim, era desconhecido e fez com que eu tivesse um grande apreço pela arqueologia e pelo patrimônio cultural.

Ao Dirceu, que colaborou com alguns dados da comunidade Porto Caiuá pesquisada por ele, auxiliando-me nas entrevistas com os moradores através do trabalho de Educação Patrimonial.

A minha irmãzinha Patrícia, que também me auxiliou na coleta de dados na comunidade Porto Caiuá e no Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, na pessoa do gestor do Parque, Sr Leonardo, que subsidiou alguns recursos e tempo para falar sobre esta Unidade de Conservação.

A Comunidade de Porto Caiuá, **todos**, sem exceção, pois foram eles que abriram as portas de seus lares. Receberam-nos com muita hospitalidade, dizendo sobre seus anseios e receios de suas vidas futuras naquele lugar, que tanto amam.

Enfim, a estes e outros que fizeram com que esta pesquisa estivesse praticamente pronta e, com certeza, subsidiará futuros resultados e trabalhos para o melhor desenvolvimento da Comunidade Porto Caiuá e do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a potencialidade do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema, uma Unidade de Conservação, para as atividades de turismo. Ele descreve também sobre a Comunidade Porto Caiuá, distrito de Naviraí – MS, que às margens do rio Paraná e sendo a comunidade mais próxima deste parque, poderia apresentar algumas potencialidades no intuito de gerar emprego, renda e qualidade de vida na gestão desta Unidade de Conservação, contribuindo assim para o desenvolvimento local. Foi construído um roteiro de entrevistas, tendo em vista os objetivos do trabalho, buscando captar as percepções dos diferentes interlocutores, bem como buscando levantar a cultura local da comunidade e sua visão quanto à criação do Parque Estadual, o turismo no local e o patrimônio arqueológico. Este último está presente sob esta comunidade. As pesquisas arqueológicas no baixo curso do rio Ivinhema resultaram na localização de 26 sítios, ampliando o conhecimento acerca dos povos guaranis ceramistas ali estabelecidos há mais de 500 anos. Ao mesmo tempo, as pesquisas em desenvolvimento objetivam contribuir, junto à comunidade de Porto Caiuá (Naviraí, MS) – implantada sobre o sítio arqueológico Rio Ivinhema 1 – no reconhecimento do patrimônio arqueológico enquanto testemunhos de processos culturais diacrônicos que nos são necessários e passíveis de preservação. Na primeira etapa de atividades de educação patrimonial em Porto Caiuá, em paralelo à escavação arqueológica, foram analisados, junto à comunidade local, conceitos tais como memória e arqueologia, dialogando-se acerca das expectativas da comunidade no tocante à implementação de turismo com vistas ao desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, educação patrimonial, patrimônio cultural e natural, turismo, unidades de conservação, desenvolvimento local.

ABSTRACT

This work presents a study on the potential of the Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema, a Conserve Unit, for the activities of tourism. It describes also the Community Porto Caiuá, district of the Naviraí, MS, that margens the river Paraná being the community closest to this park. This community could present some potential to initiate and generate jobs income, and quality of life for the administrators of this Conserve Unit thus contributing to the local development. It was constructed from the scripts of interviews with the people inside of the community, in view of the objectives of the work. These interviews were searching to catch impressions of the different interlocutors, as well as searching to raise the local culture of the community and its views about the State Park, the tourism in the park and archeological patrimony. These areas are the under the direction of this community. The archeological research, in the lower course of the river Ivinhema, had resulted in locations of 26 sites, extending the knowledge concerning the ceramist guaranis people established more than 500 years ago. At the same time, the research and objectives of the investigator, is to help the community of Porto Caiuá, Naviraí, MS - implanted on the archeological site of River Ivinhema 1 - in the recognition of archeological patrimony while certifications of diminishing culture processes that can be preserved. In the first stage of activities, it educates patrimonial in parallel to Porto Caiuá archeological excavation, if had been analyzed, to help the local community, display archaeological ruins, represent itself concerning the expectations of the community and implementation of tourism with sights to the local development.

KEY-WORDS: Archaeology, patrimony education, patrimony cultural and natural, tourism, conservation units, local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Cerâmica Guarani em Porto Caiuá, Naviraí, MS	24
Figura 2:	Comunidade Porto Caiuá acompanhando os trabalhos de escavação	25
Figura 3:	Educação Patrimonial na comunidade Porto Caiuá, Naviraí, MS	28
Figura 4:	Vista Aérea do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema, MS	34
Figura 5:	Localização da Unidade de Conservação em Mato Grosso do Sul	46
Figura 6:	Delimitação do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema	47
Figura 7:	Rio Paraná – início da comunidade Porto Caiuá	48
Figura 8:	Educação Patrimonial na comunidade Porto Caiuá, Naviraí, MS	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Mulheres e homens que foram entrevistados	50
Gráfico 2:	Faixa etária dos entrevistados	50
Gráfico 3:	Há quanto tempo mora em Porto Caiuá	51
Gráfico 4:	Ocupação dos homens da comunidade	51
Gráfico 5:	Ocupação das mulheres na comunidade	52
Gráfico 6:	Grau de instrução dos moradores da Comunidade	52
Gráfico 7:	Mora com a família?	53
Gráfico 8:	Renda Familiar	53
Gráfico 9:	Gosta de morar em Porto Caiuá?	54
Gráfico 10:	Por que gosta de morar em Porto Caiuá?	54
Gráfico 11:	Pretende continuar morando em Porto Caiuá?	55
Gráfico 12:	Por que continuar morando em Porto Caiuá?	55
Gráfico 13:	O que a família faz no tempo livre?	56
Gráfico 14:	Existe festas e reuniões na comunidade?	56
Gráfico 15:	Como eram as festa e reuniões na comunidade?	57
Gráfico 16:	Freqüenta alguma religião?	57
Gráfico 17:	Porto Caiuá na visão dos entrevistados	58
Gráfico 18:	Qual a “cara” de Porto Caiuá?	59
Gráfico 19:	O modo de vida em Porto Caiuá	59
Gráfico 20:	O que o rio Ivinhema representa aos moradores?	60
Gráfico 21:	O que o rio Paraná representa aos moradores?	60

Gráfico 22:	Relacionamento entre os moradores	61
Gráfico 23:	O que pensam, os entrevistados, da liderança local	61
Gráfico 24:	O que pensam, os entrevistados, da interação entre Naviraí e a comunidade	62
Gráfico 25:	Grau de interação entre a comunidade e Estado	62
Gráfico 26:	Nível de educação da comunidade	63
Gráfico 27:	Nível de saúde da comunidade	63
Gráfico 28:	Quanto ao lazer na comunidade	64
Gráfico 29:	Quanto a infra-estrutura na comunidade	65
Gráfico 30:	Grau de parentesco na comunidade	65
Gráfico 31:	Quanto aos casamentos em Porto Caiuá	66
Gráfico 32:	Os casamentos são legais entre os moradores?	66
Gráfico 33:	Idade em que se casam os moradores em Porto Caiuá	67
Gráfico 34:	Índice de separação entre os casais em Porto Caiuá	67
Gráfico 35:	Índice de alcoolismo em Porto Caiuá	68
Gráfico 36:	Grau de frequência aos bares pelos homens	68
Gráfico 37:	Grau de frequência aos bares pelas mulheres	68
Gráfico 38:	Grau de frequência aos bares pelos jovens e crianças	69
Gráfico 39:	Atividades da mulher em Porto Caiuá	69
Gráfico 40:	Atividades do homem em Porto Caiuá	70
Gráfico 41:	O papel do idoso na comunidade	70
Gráfico 42:	Como são criados os filhos em Porto Caiuá?	71
Gráfico 43:	Existe violência em Porto Caiuá?	71
Gráfico 44:	Como os moradores vêm Porto Caiuá daqui há cinco anos	72

Gráfico 45:	O que é cultura?	73
Gráfico 46:	O que é patrimônio cultural?	74
Gráfico 47:	O que significa preservação/conservação?	74
Gráfico 48:	O que é turismo?	75
Gráfico 49:	A comunidade está preparada para receber visitantes/turistas?	75
Gráfico 50:	Conhecimento da comunidade sobre a existência do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema	76
Gráfico 51:	Já estive no Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema?	77
Gráfico 52:	Já ouviu falar de arqueologia?	77
Gráfico 53:	O que é arqueologia?	78
Gráfico 54:	O que são sítios arqueológicos?	78
Gráfico 55:	O que é arqueólogo?	79
Gráfico 56:	O que os sítios arqueológicos/arqueologia representa para a comunidade?	80
Gráfico 57:	Como o morador vê a criação do Parque Estadual?	81

SUMÁRIO

Introdução	13
1 MEMÓRIA, LUGAR E IDENTIDADE: UMA ABORDAGEM PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	15
1.1. Lugar e Território	17
1.2. O Patrimônio Cultural	19
1.3. A importância da Arqueologia para o Patrimônio Cultural	23
1.4. A Educação Patrimonial	26
2 TURISMO: FENÔMENO PARA VALORIZAR O MEIO AMBIENTE E A CULTURA	31
2.1. As Unidades de Conservação, Populações tradicionais e o Turismo	33
3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNIDADES	40
4 OBJETO DE ESTUDO: O PARQUE ESTADUAL VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA E A COMUNIDADE PORTO CAIUÁ, NAVIRAÍ, MS	46
4.1. O Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema	46
4.2. A Comunidade Porto Caiuá	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

O Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema situa-se no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, entre as micro-regiões de Iguatemi e Nova Andradina, abrangendo os municípios de Naviraí, Taquarussu e Jateí e com uma área de 73.315,15 hectares. Área esta, com inundações periódicas, protegendo refúgios de espécies animais e vegetais do cerrado e da floresta estacional, sendo portanto uma Unidade de Conservação.

O objetivo de criação maior do Parque foi de conservar os fragmentos da floresta, os remanescentes da várzea e ecossistemas associados aos rios Ivinhema e Paraná, além de manter mecanismos de regulação natural das bacias hidrográficas locais, promovendo a preservação das espécies. No Parque estão localizados vários sítios arqueológicos que estão sendo estudados já há algum tempo por especialistas que encontram neste trabalho vestígios das culturas tupi-guarani ceramistas já extintas.

No entorno do parque, grande parte destes vestígios estão em áreas habitadas por comunidades, como é o caso de Porto Caiuá (Sítio Rio Ivinhema 1). No início das escavações arqueológicas, população que lá existe, parecia desconhecer os sítios arqueológicos e até mesmo o real significado destes. Hoje, a comunidade valoriza o seu significado.

Tornou-se, portanto, uma problemática de estudo neste trabalho, a fim de garantir a conservação dos vestígios e, assim, contribuir para que o sítio seja para esses habitantes locais mais um elemento para o aumento da qualidade de vida, geração de emprego e renda, turismo e desenvolvimento local.

Na execução do projeto, foram desenvolvidos levantamentos por meio de entrevistas para avaliar como estes sítios estão sendo percebidos pelos moradores do contexto do Parque, em especial a Comunidade de Porto Caiuá.

A preservação do patrimônio cultural não constitui um fim em si mesmo, mas uma garantia do direito à memória individual e coletiva, o elemento fundamental do exercício da cidadania. O aperfeiçoamento dessas relações implica, necessariamente, o incremento significativo de ações que visem à promoção do patrimônio para sua adequada apropriação por parte dos agentes locais. Essas ações incluem não apenas a sinalização de sítios e monumentos, a veiculação de material informativo, a realização de eventos, a publicação de

livros, a produção de vídeos e outros materiais, como também o desenvolvimento de ações de educação patrimonial (IPHAN, 2004).

O objetivo desta pesquisa foi a de diagnosticar a percepção dos agentes internos e externos do contexto do Parque Estadual Várzeas do Ivinhema em relação ao seu Patrimônio Natural e Arqueológico, visando a contribuir no auto-conhecimento da comunidade e na elaboração de estratégias de Educação Patrimonial, com vistas ao Desenvolvimento Local.

Para isso, foram realizados levantamentos das potencialidades naturais e arqueológicas da Unidade de Conservação, bem como modelos de inserção de Educação Patrimonial em Unidades de Conservação já existentes, as quais estão contribuindo para o desenvolvimento das respectivas áreas.

Analizou-se a visão dos agentes internos, no caso a comunidade Porto Caiuá, Naviraí, MS, bem como a sua cultura local, identificando formas de tornar acessível à pesquisa como instrumento para leitura crítica dos bens naturais e arqueológicos em seus múltiplos sentidos e significados históricos para o incremento do sentimento de auto-estima da Comunidade, além de avaliar perspectivas de implementação para um turismo sustentável.

O método de trabalho deu-se por meio de pesquisa aplicada (ver apêndice A), onde se trabalhou com os problemas humanos e de acordo com Patton, *apud* Roesch, 1990, entender a natureza de um problema para que se possa controlar o ambiente e com o propósito de gerar soluções em potenciais para outras pesquisas.

É caracterizada ainda por ser uma pesquisa diagnóstica, que explora o ambiente, levanta e define problemas, utilizando o referencial de determinados assuntos e disciplinas, no caso deste trabalho, questões relacionadas ao patrimônio Natural, Cultural e Arqueológico, Educação Patrimonial e Turismo Sustentável.

O estudo contempla no item 1 assuntos relacionados com a memória, o lugar e identidade de uma comunidade valorizando também, o seu patrimônio cultural.

O item 2 aborda sobre o turismo, seus conceitos e sua importância sendo mais um instrumento para o desenvolvimento de uma região. É demonstrado também que o turismo pode valorizar o meio ambiente e a cultura de um povo.

No item 3 aborda-se questões relacionadas a comunidade e ao desenvolvimento local sendo seguido no item 4 do estudo propriamente dito e a pesquisa realizada no Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema e com a Comunidade Porto Caiuá, Naviraí, MS. Logo após a avaliação dos resultados, neste item 4, virão as contribuições finais concluindo como o trabalho foi realizado e quais os seus resultados.

1 MEMÓRIA, LUGAR E IDENTIDADE: UMA ABORDAGEM PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O conceito de memória e suas conseqüentes aplicações vem sendo tema de estudos de filósofos e cientistas há séculos. Vêm-se adequando às funções, às utilizações sociais e à sua importância nas diferentes sociedades humanas. A memória possui diferentes elementos que precisam ser analisados para a construção de “*monumentos de lembranças*” de acordo com as palavras de Le Goff 1990, assim como testemunhos da identidade individual e coletiva.

Memória é tudo aquilo de que uma pessoa se lembra, como também sua capacidade de lembrar. Fisicamente, é o processo de aprender, armazenar e recordar uma informação. A memória pode ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio do ser humano, no entanto, deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 200).

Esses acontecimentos, vividos pessoalmente ou em coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, é constituída de personagens, muitas das quais não estiveram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa, mas que se transformaram em personagens conhecidos de determinados acontecimentos ou que foi importante a alguém ou em algum grupo. Salienta-se também que, além dos acontecimentos e personagens, existem na memória lugares particularmente ligados a uma lembrança tanto na memória individual, como, por exemplo, um lugar de férias da infância quanto na memória pública, que são os lugares de comemoração (POLLAK, 1992, p. 201-202).

A memória é, por excelência, seletiva. Guarda-se aquilo que, por um motivo ou outro, tem (ou teve) algum significado na vida do ser humano. Ela constitui o suporte fundamental da identidade individual e também de identidade coletiva. Grupos e indivíduos selecionam suas experiências passadas formulando uma narrativa histórica acerca de suas trajetórias. Essa narrativa é construída e reconstruída segundo as perspectivas presentes e ao mesmo tempo constitui a base a partir da qual se vê o futuro (BOSI, 2003).

Para Pollak (1992, p. 203), com sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostra que a memória é um fenômeno construído. Esses modos de

construção podem tanto ser conscientes como inconsciente. Assim conforme o mesmo autor aborda:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204)

Nessa construção da identidade, o referido autor recorre à psicologia social e à psicanálise, onde estão os três elementos essenciais da identidade. O primeiro diz respeito à unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; o segundo é o da continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podem-se observar fenômenos patológicos. Portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 206).

A memória coletiva tem, assim, uma importante função de contribuir para o sentimento de pertença de um grupo passado comum. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado em uma memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas sobretudo no campo simbólico (BOSI, 1994).

Reis *apud* Palma & Palma (2002) explica que os níveis de identidade têm uma relação muito forte com a cultura local, portanto não há memória sem identidade e muito menos identidade sem a memória. (informação verbal)¹

Kashimoto *apud* Palma & Palma (2002) ainda aponta que a identidade cultural dos povos é elaborada ao longo do tempo e o excesso de informação pode abalar a identidade cultural, uma vez que pode vir a interferir no modo de vida tradicional, estimulando o abandono de manifestações culturais.

¹ REIS, Aparecido F. dos. **Identidade cultural**. In: Aula magna do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, 10 out. 2002, Campo Grande: UCDB.

Para Verhelst (1992) um povo que é privado de sua identidade não é mais capaz de se auto-determinar. Por isso, o autor explica que o povo que esquece ou deixa de lado sua identidade pode tentar recuperá-la através de um novo mergulho na sua memória coletiva. Dessa forma, ele afirma que as iniciativas de reconstrução dessas identidades devem ser encorajadas por meio de incentivos às pesquisas culturais, programas e projetos que devem basear-se na identidade cultural de cada povo.

No mesmo intento em definir memória, Candau (2001) divide a memória na manifestação em três formas, sendo elas a *protomemória*, a memória propriamente dita, e a *metamemória*. A *protomemória* é constituída pelo saber e experiências mais remotas do indivíduo, ou seja, aprendizados adquiridos nos primeiros tempos após o nascimento ou mesmo durante a vida intra-uterina, aprendizados como os gestos, os costumes e os hábitos. Já a memória manifesta-se através das lembranças ou reconhecimentos de fatos biográficos e lembranças da vida cotidiana vinculados aos saberes, crenças e sentimentos do indivíduo. Por último, a *metamemória* trata da representação que cada pessoa elabora da sua própria memória, constituída de dimensões que o enviam de seu próprio passado (CANDAU, *apud*, DELVIZIO, 2004, p. 31).

Na análise desses componentes, portanto, não pode desconsiderar vivências relacionadas com o passado e presente na sua relação com espaço vivido e apreendido pelo homem, ou seja, o espaço vivenciado concreta e mentalmente pelo homem é um conjunto inseparável de sistema de objetos e ações do mesmo (SANTOS, *apud*, DELVIZIO, 2004, p. 33).

1.1 LUGAR E TERRITÓRIO

É na geografia humanística que os fenômenos geográficos refletem-se com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição natural, de sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1976).

O centro dessas questões reside no fato de encontrar, neste significado, um conceito que contemple as relações entre o local e o global, na medida em que, no mundo globalizado, a diversidade e a novidade dos conteúdos atinentes de Lugar estão para reclamar a necessidade de novas interpretações desta realidade (CARLOS, 1996).

É no século XX que o conceito de Lugar começa a adquirir um *status* mais apropriado à sua importância, na medida em que as ciências geográficas torna o conceito de lugar como

um de seus conceitos-chave, aprofundando cada vez mais os debates acerca de seus múltiplos significados (CORRÊA, 1995).

Nessa corrente de pensamento, o Lugar é encarado como espaço vivido, experienciado, contribuindo para a determinação da identidade dos indivíduos e grupos, os quais acabam por criar laços afetivos com ele. Nesse sentido, pode-se entender por lugar a vivência com o espaço único, contíguo e compartilhado por um grupo de pessoas, no qual as relações que os indivíduos mantêm com esse espaço habitado expressam-se todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário e no acidental (DELVIZIO, 2004).

A construção do lugar realiza-se, enfim, na dimensão do simbólico, a partir do sentimento de afetividade que o ser humano desenvolve em relação ao espaço vivido, reproduzindo algum significado da vida em todas as suas dimensões (material e imaterial). Assim, “a ordem é construída no lugar, tecido pela história e pela cultura, produzindo a identidade, e é dessa identidade que o ser humano comunica-se com o resto do mundo” (SANTOS, *apud* LE BOURLEGAT, 2000, p. 18).

Hoje os lugares já não são mais definidos pelo Estado-Nação. O Estado-territorial evoluiu para a noção de transnacionalização, contemplada nas reflexões de Milton Santos sobre a “escala planetária” nas relações econômicas, sociais e políticas, ou seja, a mundialização compreendida no seu estado mais complexo do que a globalização (MACHADO *apud* DELVIZIO, 2004 p. 34).

Conforme Le Bourlegat, (2000, p. 17), “a ordem do lugar deixa de ser fruto apenas de interações locais, dado o seu entrelaçamento cada vez mais profundo com o local”. Benko, (1995 *apud* Le Bourlegat, 2000, p. 17), complementa que “ao mesmo tempo em que o mundo revela as características dos diferentes lugares, cada lugar é revelador da homegeneidade do mundo”.

“De dentro, o lugar é o plano vivido, é a escala territorial fácil de ser percebida, vivida e reconhecida através do uso direto dos sentidos do corpo humano” (CARLOS, 1996, p. 305), “podendo ser o bairro, a praça, a pequena vila, comunidade, cidade, porém, sempre possibilitando o encontro com a coletividade e suas relações afetivas e de reciprocidade” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 17).

Do sentimento de apropriação do lugar, nasce a idéia de território, o espaço com limites e fronteiras. Pela etologia, estudo do comportamento dos animais em grupo, território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou Estado (TUAN, 1976).

Concebido como um espaço apropriado por uma coletividade, o território constitui-se em relações advindas da dinâmica social, definindo um grupo através de processo de identidade coletiva. De acordo com Santos, (1999, p. 15), “é o uso do território e não o território em si mesmo que faz dele o objeto da análise social”. É o espaço concreto, apropriado e ocupado por grupo social que, ao ligar-se aos atributos naturais e construídos desse espaço (natureza, patrimônio arquitetônico etc.) gera as raízes e a identidade sociocultural (DELVIZIO, 2004 p. 35).

Santos, (1994, p. 16), explica a questão de território da seguinte forma:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano e espaço habitado...É a partir dessa realidade que encontramos, no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Ainda Santos, 1994, ressalta na obra intitulada *Território, globalização e fragmentação*, que a idéia de espaço banal, isto é, o espaço de todos, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha destaque nas disciplinas de território que é a noção de rede. Sendo assim, o território hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em redes, todavia esses mesmos lugares que formam redes é que constituem o espaço banal. “Os mesmos lugares, os mesmo pontos, porém, contendo simultaneamente diferentes funções divergentes ou oposta, torna-se possível graças aos milagres da ciência e cria novas solidariedades entre pessoas e lugares” (SANTOS, 1994, p. 16).

Portanto, para compreender território, “é necessário a compreensão da organização social no espaço ocupado, entendendo como um produto da história e do processo de apropriação de um grupo social, considerando as dimensões materiais, culturais e históricas” (DELVIZIO, 2004, p. 35).

1.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL

A expressão patrimônio cultural é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias e documentos; e diferentes modalidade de práticas culturais (GONÇALVES, 1996). Para que se entenda esse

conceito e sua relação com as identidades, torna-se necessário, antes de tudo, refletir acerca do conceito de “cultura”.

De acordo com Claxton (1992, p. 6),

“a cultura constitui em conjunto distintivo de atributos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social, engloba não somente as artes e a literatura, mas também os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e crenças e os direitos fundamentais do ser humano”.

A partir desse conceito é possível inferir que os comportamentos humanos são informados por necessidades materiais utilitárias e também simbólicas. Conclui-se também que o conceito acima descrito, considerando também semelhante ao conceito pela antropologia, afastou o caráter elitista da noção de cultura e estendeu-se ao conjunto de ações desenvolvidas pelos seres humanos em busca da sobrevivência.

Ruas (2004, p. 15) define cultura como:

Um processo que não ocorre por “instrução”, pelo menos antes de ir para a escola: ninguém nos ensinou, propositalmente, como está organizada a sociedade e cultura. Acontece indiretamente, pela experiência acumulada em numerosos e pequenos eventos insignificantes em si mesmo, por meio dos quais o homem trava relações, aprende naturalmente a orientar seu comportamento na direção de que o convém... Não são os professores na escola que ensinam a cultura ao aluno; é a comunicação diária com pais, irmãos, amigos, vizinhos, igreja, que lhe transmitem as características essenciais da sociedade e a própria natureza do ser social.

Willians *apud* Palma & Palma (2002, p.22) afirma que “cultura pode ser entendida como o cultivo de vegetais, de animais e também o cultivo da mente humana”. É entendido como um processo, um nome para a configuração ou generalização do espírito que informa o modo de vida global de determinado povo. O referido autor aponta ainda o grande desenvolvimento que houve com a cultura, no sentido do cultivo ativo da mente. Assim, entende-se que a cultura é ativa e está em constante transformação.

As tradições e os costumes culturais dos povos podem ser aproveitados para fins de desenvolvimento, ou seja, “cada país deve determinar por si mesmo e, desde sua própria perspectiva cultural, a melhor maneira de utilizar suas características culturais para promover o desenvolvimento” (CLAXTON, 1994, p. 1).

Claxton, (1994, p. 7), destaca que “a dimensão cultural não é uma dimensão qualquer”. Ela é fundamental para o desenvolvimento que a coloca num grau de importância maior do que qualquer outro.

Voltando ao conceito de patrimônio, este é amplo e inclui seu entorno tanto natural quanto cultural, representando paisagens, sítios históricos e entorno construído, assim como a biodiversidade, os grupos diversos, as tradições passadas e presentes e os conhecimentos e suas experiências vitais. Registra e expressa longos processos de evolução histórica, constituindo a essência de diversas identidades nacionais, regionais e locais e é parte integrante da vida moderna. “É um ponto de referência dinâmico e um instrumento positivo de crescimento e intercâmbio de uma comunidade e sociedade” (BARRETO, 2000, p.09).

Em seu mais amplo sentido, o patrimônio natural e cultural pertence a todos os povos. Cada um, portanto, tem o direito e a responsabilidade de compreender, valorizar e conservar seus valores universais. A memória coletiva e o peculiar patrimônio cultural de cada localidade são insubstituíveis e uma importante base para o desenvolvimento não só atual mas também futuro.

1.2.1 Legislação e políticas de conservação do patrimônio cultural

Nos dias atuais, movimentos políticos mundiais de preservação do Patrimônio Cultural estão sendo percebidos de tal modo que é certo dizer, hoje, que a preservação da identidade popular é uma das funções do Estado e um dever de toda sociedade (GUIMARÃES, 2004).

Considera-se ponto alto nas políticas internacionais a criação da Unesco, que promove a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, por meio de mandato conferido por um tratado internacional firmado em 1972 e ratificado até agora por 164 países membros, incluindo entre eles o Brasil, que conta com dezenove monumentos culturais e naturais considerados pela Unesco como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Em se tratando do Brasil, a preservação do patrimônio cultural é expressa na Constituição Federal e legislação ordinária. Tentativas propostas anteriormente, dando atenção ao Patrimônio Cultural, começaram a despontar em meados dos anos 30 com a criação do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PELLEGRINI, 1993).

Segundo o inciso III, do artigo 23 da carta política brasileira, é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (GUIMARÃES, 2004).

Conforme a análise do artigo 23, significa que todos os entes políticos são competentes e responsáveis pela proteção dos bens de interesse cultural. Suas ações administrativas e suas políticas de governo deverão passar, necessariamente, pela implementação de atos de preservação e valorização cultural.

A Constituição Federal, assim como a legislação mundial pertinente, reconhece que o patrimônio cultural do povo brasileiro é ingrediente de sua identidade e da diversidade cultural, podendo tornar-se um importante, fator de desenvolvimento sustentável, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania entre os povos. (GUIMARÃES, 2004)

Existe um conjunto de elementos que compõe o entendimento por patrimônio. O patrimônio cultural tem como sujeito de interesses toda a sociedade que reflete sua relevância e é uma categoria que abrange bens de naturezas diversas, que podem ser classificados como materiais ou imateriais, móveis ou imóveis, públicos ou privados, como definido na Constituição brasileira:

O Patrimônio Cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;" (CF, artigo 216)

Além do Estado brasileiro, a colaboração da comunidade de promover e proteger o patrimônio é muito importante. Essa proteção é feita por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, além de outras formas de acautelamento e preservação, todas previstas em lei.

É comum verificarmos nas estruturas administrativas dos municípios, Secretarias de Cultura a atuação na promoção e na preservação de manifestações culturais. Entretanto, ainda há tímida relação entre as ações das Secretarias de Cultura e das Secretarias de Desenvolvimento Urbano desses municípios (GUIMARÃES, 2004).

Além dessas secretarias estaduais e municipais, existe ainda um órgão federal que é responsável pela proteção do Patrimônio Cultural: o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O IPHAN está vinculado ao Ministério da Cultura. Ele foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Em 1936, o então Ministro da Educação

e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade que elaborasse um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens e confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantação do Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a "proteção do patrimônio histórico e artístico nacional".

O instituto referido atua hoje junto à sociedade e a todo território nacional por meio de 29 unidades com autonomia orçamentário-financeira e seu trabalho pode ser reconhecido em cerca de 20 mil edifícios tombados, 57 centros e conjuntos urbanos, 13 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo acervo museológico e cerca de 250 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos.

Embora tenha várias alternativas e um regime de preservação cultural que remonta às Constituições Federal e dos Estados, assiste-se à degeneração de nossa história, presenciando a omissão dos entes políticos e, ainda, à passividade insólita de sociedade diante de tímidas e insuficientes tentativas de manter vivas algumas construções e monumentos de relevância cultural (GUIMARÃES, 2004).

A necessidade de educar a sociedade e de promover a valorização e preservação do patrimônio cultural pode ser uma importante ação que transmitirá às gerações futuras o sentido dos valores e da identidade atuais. Ter uma cidade conservada, através de iniciativas públicas e privadas, demonstra consciência cultural, dando-lhes referências históricas e fortalecendo os laços em comum, além de contribuir para o desenvolvimento e para a qualidade vida de toda a sociedade.

1.3. A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

O ser humano, ao criar suas raízes em determinado espaço, imprime lá suas marcas pessoais, convivendo com seus semelhantes e diferentes e construindo a sua sociabilidade. Esse ambiente construído é o seu espaço escolhido, sendo mais um abrigo para as pessoas que o constroem, além da representação física da ideologia que molda a sociedade (ANDERSON & MOORE, *apud* GODOI, 2003, p. 114).

O espaço em que o homem vive é marcado por escolhas, quer no passado, quer no presente, muitas vezes decorrentes de necessidades abstratas, simbólicas, que se concretizam

em ações sociais. A organização do espaço físico e das estruturas que preenchem este espaço reforçam visualmente a ordem social ao mesmo tempo em que são o seu produto. Entendendo que comportamentos deixam evidências físicas no espaço, a arqueologia tem como recuperá-los em seu esforço de compreender as trajetórias das culturas que integram a forma social brasileira através desses elementos materiais (GODOI, 2003, p.114).

A arqueologia, assim como a história e a geografia, são ciências humanas que utilizam métodos e técnicas distintas, uma vez que possuem como foco de estudo os vestígios da cultura material, textos escritos e o espaço, respectivamente. Portanto, a arqueologia é uma ciência que possui um conjunto de técnicas e métodos para localizar, analisar e interpretar vestígios materiais das culturas humanas pretéritas em uma perspectiva paleogeográfica (VAN LONKHUIJZEN, 2003, p. 15).

Por se tratar daquilo que faz referência aos indícios dos homens, a importância dos lugares construídos durante sua vida retrata sua identidade, sua memória (RODRIGUES, 1998, P. 217), e o patrimônio arqueológico contém evidências humanas que relembram fatos do cotidiano das populações passadas. A arqueologia resgata e conserva a herança cultural humana, lidando com um patrimônio frágil e finito quanto os próprios recursos naturais existentes.

Figura 1 – Cerâmica Guarani em Porto Caiuá, Naviarí, MS



Foto de Dirceu Van Lonkhuijzen, 2006

De acordo com Moraes (2001, p. 99),

A apropriação do patrimônio arqueológico, especialmente aqueles mais distantes no tempo e nos sentimentos (entenda-se a herança indígena), passa pelo resgate da

história do outro, pelo reconhecimento de espaços desconhecidos de vivência e pela valorização de etnicidade dos grupos indígenas, ancestrais de um terço da população brasileira, mas às vezes, pouco valorizadas em sua cultura.

O exercício da arqueologia é regido, no Brasil, por leis federais. Apesar da criação dessas leis, é necessária uma melhor regulamentação, pois as mesmas ainda estão carentes na aplicação e operacionalização. Para o uso da arqueologia no turismo, essa legislação deve ser estudada e considerada seriamente, discriminando as garantias quanto à sua proteção e conservação.

Os remanescentes arqueológicos são parte de um passado que necessita ser reconhecido, legitimado e validado pelos receptores para ter funcionalidade social, portanto, a questão da identificação com o patrimônio que se pretende preservar é fundamental para o êxito das ações de gestão desse patrimônio (GODOI, 2003, p. 115).

A *Carta de Lousanne*, de acordo com Curry (2000, p. 305) enfatiza que

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão.

Figura 2 – Comunidade Porto Caiuá, acompanhando os trabalhos de escavação.



Foto de Dirceu Van Lonkhuijzen, 2006

As pessoas só valorizam o que conhecem se tiverem consciência de seu significado. Muitas vezes, o patrimônio arqueológico não diz respeito diretamente à realidade das pessoas envolvidas e residentes do local, mas conta a história de outros que ali viveram, e nisto reside

o seu valor, porquanto apresentam a diversidade cultural ao longo do tempo (GODOI, 2003, p. 115).

A rigor, parece claro que a falta de consciência do próprio homem, para a importância da preservação desse testemunho, e que está relacionada com o passado, é um dos vários ângulos que permeiam a questão do patrimônio cultural no Brasil: como consequência observa-se a perda de grande parte do patrimônio histórico, construído pelo homem durante a sua evolução (MORAIS, 2001, p. 99).

A gestão do patrimônio cultural deve ser entendida como uma ativa e responsável inserção do passado em tempos presentes. Ao se considerar, portanto, o sítio arqueológico como um local com potencial, ou seja, que contenha vestígios significativos para a compreensão da história e da ocupação humana, o seu valor como patrimônio torna-se não só inquestionável, como também sua proteção é necessária (GODOI, 2003 p. 93).

Quando uma comunidade percebe o passado ajudando a entender o presente, seus integrantes começam a se interessar pelo conhecimento que a arqueologia pode proporcionar. Essa ciência social, que mostra sua força maior na análise de grupos excluídos, ressalta a importância das culturas minoritárias, geralmente na contramão da memória oficial. Deve-se ressaltar que as políticas culturais devem dizer respeito à totalidade das experiências sociais e não apenas a segmentos privilegiados.

Esses testemunhos materiais dizem respeito à vida de seres humanos com importância ímpar para a sociedade, deixando, por exemplo, de ser simples cacos de panela encontrados no solo e transformando-se em artefatos que trazem de volta culturas há muito extintas em toda a sua complexidade social.

1.4. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Patrimônio Cultural vai muito além do universo material. Ele se faz presente em outras formas de expressão cultural da sociedade também na dimensão imaterial. Ele manifesta-se na interação do ser humano com o ambiente, com a natureza e com as condições de sua existência expressando através dos saberes, celebrações e formas de expressão.

Tanto em sua dimensão material quanto imaterial, o patrimônio cultural utiliza-se de instrumento para o desenvolvimento de ações que incidam na consolidação de sujeitos sociais, contribuindo para processos formadores de cidadania (BROCHIER, 2004, p.105).

Para tornar-se um instrumento que possibilita o exercício de plena cidadania, os temas relacionados ao patrimônio devem prever o direito de acesso à cultura até o direito à memória

histórica. A Constituição Brasileira, em seu artigo 216, considera como constituintes do patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial...portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Integra-se a esse conceito de patrimônio as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver (DIEGUES, apud, BROCHIER, 2004, p.106).

A Constituição Brasileira estabelece também, a promoção de educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a sua preservação que está descrito no artigo 225, parágrafo VI, tratando-se da lei nº 9795, de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”.

Embora a lei aponte para a concepção do meio ambiente em sua totalidade, a grande maioria dos programas de educação ambiental tem-se omitido no tocante à sua dimensão sócio-econômica e cultural, no qual se inclui a discussão relativa à preservação do patrimônio cultural (VAN LONKHUIJZEN, 2003, p.30).

De acordo com Freire, apud Van Lonkhuijzen, 2003, p.30, “a educação ambiental no Brasil é confundida com a ecologia, propositalmente, pelas elites dominantes para que esta não alcance o efeito que a real multidisciplinaridade pode produzir no processo de aprendizagem”.

A educação patrimonial, em sentido mais amplo, é conceituado como um processo permanente e sistemático do trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecido individual e coletivo, sendo um poderoso instrumento de reencontro do indivíduo consigo mesmo (HORTA apud VAN LONKHUIJZEN, 2003, p.31).

De acordo com Horta *apud* Van Lonkhuijzen, (2003, p. 32)

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio natural, histórico e cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, a fim de lhes proporcionar informações acerca do acervo cultural, de forma a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

Atualmente alguns historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória vêm propondo, no âmbito de suas instituições culturais a elaboração de programas de educação patrimonial, para promover a valorização cultural e possibilitar ao indivíduo uma

leitura do mundo que o rodeia e a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (VAN LONKHUIJZEN, 2003, p.31).

Com isso, evita-se a interpretação e linguagem estereotipada em boa parte pela mídia e na educação formal sobre a interpretação do passado e do patrimônio cultural, evitando-se que apareçam casos de depredação e colecionadores interferindo nas estruturas e formas do patrimônio material e imaterial.

Figura 3 – Educação Patrimonial na Comunidade Porto Caiuá, Naviaraí, MS



Foto de Dirceu Van Lonkhuijzen, 2006

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial pode estar presente em lugares e suportes da memória, tais como museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos e outros no processo educativo a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais (VAN LONKHUIJZEN, 2003, p.31).

Os objetos de estudo da arqueologia apresentam enorme potencial educativo e também participam dos processos acima mencionados, já que possibilitam a restituição de sentido aos testemunhos materiais que se relacionam diretamente à história das comunidades e sua regiões de morada, provocando a reapropriação desses bens e a construção de uma memória e da identidade local (VOGEL & MELO, apud BROCHIER, 2004, p. 106) e reflexões sobre condições sociais e humanas e a uma crítica do presente (FUNARI, 1992, p.19).

Os sítios arqueológicos permitem estabelecer uma conexão entre a cultura e o patrimônio natural, pois as sociedades a que esses registros representam, estão profundamente integradas a seu meio. Um exemplo que pode ser citado é dos sambaquis, em Santa Catarina, Brasil, que são verdadeiros monumentos de adaptação e sobrevivência de populações pré-

históricas ao ambiente costeiro. Esses sítios permanecem na atualidade como importante registro na topografia e no imaginário das comunidades locais, tornando-se elementos de uma paisagem que também é socialmente construída (BROCHIER, 2004, p. 107).

Outro exemplo da gestão da educação patrimonial com sucesso em arqueologia é o do município de Porto Alegre, RS, e realizado no Museu Joaquim José Felizardo. Este projeto, implantado na área urbana, está articulado ao programa de gestão do patrimônio arqueológico desde 1996 com a população em geral, especialmente com as comunidades de bairros da periferia.

Esse programa consiste em oficinas de arqueologia, visando à apropriação dos bens culturais de significados especiais para as comunidades, no sentido de construção das memórias locais, sendo que os resultados observados após sua implantação foram positivos e os participantes depararam-se com situações inéditas. Elas descobriram que a arqueologia é uma ciência social que se volta não só para os grupos de elite, mas também para o povo (TOCCHETTO & REIS, *apud* GODOI, 2003, p. 116).

Essa situação reforça o sentimento de curiosidade desperta em alunos, por exemplo, o interesse em saber mais sobre a história do lugar onde vivem, muitas vezes onde seus pais e avós nasceram e viveram. Muitos livros didáticos não privilegiam essa trajetória de pessoas simples (GODOI, 2003, p. 116).

Para viabilizar a ação da educação patrimonial, primeiramente, faz-se necessário um diálogo entre atuentes diretos no patrimônio e na sua preservação juntamente com o grupo comunitário ao qual o mesmo encontra-se diretamente vinculado. Dessa forma, com a interação haverá troca e confiança entre a comunidade envolvida, tornando-se um veículo de aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos, objetivando que os mesmos (re)conheçam, (re) valorizem e (re) apropriem-se de toda uma herança cultural e proporcionando uma postura mais crítica e atuante na (re) construção de sua identidade e cidadania (QUEIROZ, 2004).

Tudo isso vai ao encontro com pensamento de Paulo Freire, que afirma estar buscando uma “alfabetização cultural” que capacite o educando a compreender sua identidade cultural e a reconhecer-se, de forma consciente em seus próprios valores, em sua memória pessoal e coletiva. Ainda conforme o autor acima citado:

a criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois. Desta forma, as relações entre os seres humanos e o mundo são em si históricas, como históricos são os seres humanos, que

não apenas fazem a história deste mútuo fazer mas, conseqüentemente, contam a história deste mútuo fazer.

As atividades de educação patrimonial dentro da atividade da arqueologia pode envolver as seguintes etapas: (BROCHIER, 2003, p. 107)

a) Valorização e divulgação dos recursos arqueológicos: com a produção de material didáticos e expositivos que valorizem as características históricas e culturais das áreas e seu passado pré-histórico como fontes de conhecimento e identidade;

b) Oficinas de educação ambiental e patrimonial: importante para a capacitação profissional e o fortalecimento das relações de pertencimento junto a comunidade;

c) Resgate da memória oral: junto aos moradores mais antigos das localidades lindeiras às reservas, sendo que o produto final seria registro da história da ocupação segundo os seus próprios habitantes. As entrevistas obtidas poderiam ainda ser confrontadas com os dados etno-históricos e arqueológicos disponíveis, permitindo a complexificação das informações e a necessária devolução de conhecimento à comunidade que produziu.

Ao observar o próprio entorno de atuação e a cultura local com sua rica diversidade, podem-se estabelecer vínculos importantes no processo educacional do grupo em contato pelas chaves que eles mesmos oferecem. Esse processo envolve vários saberes, primeiramente pela interdisciplinaridade evoluindo para uma proposta transdisciplinar. Ao repassar ofícios, saberes e especialidades profissionais em conjunto com saberes empíricos, há uma transformação em elementos gerador/receptor de novas informações e estímulos pelo estabelecimento de uma reciprocidade para com o meio (QUEIROZ, 2004).

2 TURISMO: FENÔMENO PARA VALORIZAR O MEIO AMBIENTE E A CULTURA

Na convenção do patrimônio mundial da UNESCO, em 1972, advertências foram feitas com relação ao patrimônio cultural que está cada vez mais sendo ameaçado de destruição, tanto por fatores naturais como por mudanças nas condições econômicas e sociais das localidades, dentre estas o turismo.

Nestes tempos de crescente globalização, a proteção, conservação, interpretação e apresentação da diversidade cultural e do patrimônio cultural de qualquer sítio ou região é um importante desafio para qualquer povo em qualquer lugar. O normal é que cada comunidade ou grupo implicado na conservação responsabilize-se pela sua gestão, tendo em conta as normas internacionais reconhecidas e aplicadas de forma adequada.

Um objetivo fundamental da gestão do patrimônio consiste em comunicar seu significado e a necessidade de sua conservação tanto à comunidade anfitriã como aos visitantes. O acesso físico, intelectual e/ou emotivo bem administrado aos bens do patrimônio, assim como o acesso ao desenvolvimento cultural constituem ao mesmo tempo um direito e um privilégio.

O turismo segue sendo um dos meios mais importantes para o intercâmbio cultural, oferecendo uma experiência pessoal não só acerca do que se vive do passado mas também da vida atual e de outras sociedades. O patrimônio natural e cultural, a diversidade e as culturas vivas constituem os máximos atrativos do turismo.

O turismo é cada vez mais apreciado como uma força positiva para a conservação da natureza e da cultura. Ele pode captar os aspectos econômicos do patrimônio e os aproveitá-los para sua conservação gerando fundos, educando a comunidade e influenciando em sua política. É um fator essencial para muitas economias nacionais e regionais e pode ser um importante fator de desenvolvimento quando administrada de maneira adequada (BARRETO, 2000, p. 12).

Por sua própria natureza, o turismo é um complexo fenômeno de dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, educativas, biofísicas, ecológicas e estéticas, como já foi abordado. Podem-se descobrir numerosas oportunidades e possibilidades, conhecendo a

valiosa interação existente entre os desejos e expectativas dos visitantes e desejos das comunidades locais.

O turismo de massa ou o turismo mal planejado podem por em perigo à natureza física do patrimônio natural e cultural, sua integridade e suas características identificadas. O entorno ecológico, a cultura e os estilos de vida das comunidades anfitriãs podem degradar ao mesmo tempo que a própria experiência dos visitantes. Não se pode, portanto, ignorar a interação dinâmica entre o turismo e o patrimônio cultural (PELLEGRINI, 1993, p. 128).

O turismo deveria aportar benefícios à comunidade local e proporcionar importantes meios de motivações para o cuidado e manutenção de seu patrimônio e suas tradições com o compromisso e a cooperação entre os representantes locais e os profissionais, podendo chegar a uma indústria sustentável e aumentar a proteção sobre os recursos do patrimônio em benefício das futuras gerações (PELLEGRINI, 1993, p. 131).

Desde 1937, com a criação de legislações, secretarias de proteção ao patrimônio, as cidades históricas tornaram-se um importante centro do chamado “turismo cultural”, que de acordo com Barreto (2000) é todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse tipo de turismo pode abranger a história do cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.

É a forma de turismo que tem por objetivo, entre outros, o conhecimento e reconhecimento de monumentos, sítios histórico-artísticos e vivências de culturas passadas e presentes de uma certa comunidade, seja ela local, regional ou nacional (BARRETO, 2000, p.19).

De acordo com a OMT, Organização Mundial do Turismo, o turismo cultural “seria caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações” (BARRETO, 2000, p.20).

Ampliando o conceito, temos ainda o turismo histórico, na língua inglesa *heritage based tourism*, traduzida assim como “turismo com base no legado cultural” ou “turismo de tradição”, que é entendido como principal atrativo o patrimônio cultural. Os recursos desse turismo podem ser bens tombados ou não, desde que apresentem características consideradas relevantes para a história e a cultura da localidade (BARRETO, 2000 p. 29).

Fora do patrimônio arquitetônico, existem outras peças de origem histórica, pertencentes ao cotidiano das populações, que geralmente se encontram nos museus. Há também uma enorme variedade de manifestações da cultura imaterial, chamada simbólica

pela antropologia, entre as quais podem ser citados as danças, a culinária, o vestuário, a música, a literatura popular e a medicina caseira, que despertam o interesse do turista não-institucionalizado.

Quando ocorre o Turismo Cultural, o visitante ou o turista, querem não apenas ver lugares sacralizados como também obterem informações a respeito, vivenciar culturas fugindo do seu cotidiano.

Qualquer que seja sua motivação e benefícios, ainda assim o turismo cultural não pode considerar-se desligado dos efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarretam o uso massivo e incontrolado dos monumentos e sítios (BARRETO, 2000, p. 30).

Esse crescimento desordenado e a falta de conhecimento sobre os problemas que podem acarretar no futuro, próximo ou distante, acabam provocando danos às vezes irreversíveis ao meio ambiente natural e às culturas das comunidades.

O respeito a estes é indispensável, mesmo que se trate do desejo elementar de mantê-los em estado de aparência que lhes permita desempenhar seu papel como elemento de atração turística e de educação cultural no desenvolvimento de regra que os mantenham em níveis aceitáveis (BARRETO, 2000, p. 76).

2.1. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O TURISMO

Um dos principais elementos estratégicos para a conservação da natureza, principalmente nos países em desenvolvimento, é o estabelecimento da criação de parques e demais áreas protegidas. A criação desses parques nacionais foi estabelecida para fornecer às populações urbanas meios de lazer e contemplação do mundo natural (DIEGUES, 1997, p. 85).

Inicialmente as políticas voltadas para a preservação tinham como preocupação apenas a conservação de amostras representativas de ecossistemas frente à pressão antrópica que se configurava por conta da necessidade do crescimento econômico. Hoje o enfoque é o da conservação da biodiversidade como parte integrante da dimensão ambiental frente ao paradigma do desenvolvimento sustentável (CESP, 2001, p. 8).

O marco da criação de uma Unidade de Conservação acontece em 1872, nos Estados Unidos, quando o então Parque *Yellowstone* foi criado “para a preservação do prejuízo ou da espoliação de toda a madeira dos depósitos minerais, das curiosidades naturais, ou das

maravilhas dentro do dito parque devendo ser mantido “em sua condição natural”(SERRANO, p.104).

O turismo e as formas de estar no mundo natural estão diretamente vinculadas ao surgimento da figura dos parques nacionais norte-americanos. Esse fato não deixa de ser um paradoxo que virá marcar a instituição e a vida desse novo tipo de lugar, ou seja, afastando qualquer atividade humana, visando à conservação da natureza em seu estado mais primitivo e, ao mesmo tempo, o usufruto do homem urbano pelo lazer (SERRANO, 1997, p. 105).

Figura 4 – Vista Aérea do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema - MS



Fonte: Emília M. Kashimoto, 2003

Portanto, criando áreas protegidas não há a permissão de pessoas morando em seu interior, mesmo aquelas consideradas como populações tradicionais ou que lá estão, mesmo antes do parque ser criado.

De acordo com Diegues (1997, p. 86),

A idéia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana...para que o homem moderno pudesse admirá-la e reverenciá-la.

No Brasil, as Unidades de Conservação (UC's) são consideradas um tipo especial de área protegida, compreendendo espaços geográficos delimitados, legalmente instituídos e protegidos por ato do poder público, sob regime especial de administração, estando

enquadradas nas diferentes categorias de manejo existentes no país. São estas categorias que definem os objetivos das UC's e a forma de uso permitidas em cada área (BROCHIER, 2004, p. 15).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, as UC's podem ser entendidas de acordo com o esquema abaixo:

- a) Unidades de Proteção Integral: não é permitido o aproveitamento direto dos recursos naturais, ou seja, comportam apenas o uso indireto através de atividades educacionais, científicas e recreativas, sendo que algumas delas são passíveis de atividade turística de forma controlada conforme o plano de manejo. Em geral, sua implantação exige-se domínio público como no caso das Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Parques Nacionais. Nesta classe ainda estão incluídas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPN's de domínio essencialmente particular (MMA, 2005).
- b) Unidades de Uso Sustentável: espaços de domínio público e/ou privado onde existe a possibilidade de uso direto dos recursos ambientais, procurando a compatibilização da conservação da natureza com uso sustentável de parcelas dos recursos naturais. Enquadram-se nesta categoria as Reservas Extrativistas Florestais, as Áreas de Proteção Ambiental (APA's), as Áreas Relevantes de Interesse Ecológico (ARIE's), entre outras (MMA, 2005).

Abaixo está descrita, portanto, as principais Unidades de Conservação Brasileira, conforme se segue:

Estação Ecológica	Objetivo de preservar a natureza e realizar pesquisas científicas. É de posse e domínio público.
Reserva Biológica	Tem como objetivo a proteção integral da biota e demais tributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É de posse de domínio público.
Parque Nacional/Estadual	Também de domínio público, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica

	e beleza cênica. Possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental e de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Monumento Natural	Pode ser constituídos por áreas particulares e seu objetivo básico é o de preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Refúgio de Vida Silvestre	Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente e migratória.

Tabela 1: UC's – Unidades de Proteção Integral.

Área de Proteção Ambiental (APA)	Área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas..
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	É uma área, em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros de biota regional. Tem como objetivos a conservação e é constituídas por terras públicas ou privadas.
Floresta Nacional (FLONA)	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica com ênfase em métodos para exploração sustentável do usos das florestas nativas. É de posse e domínio públicos.
Reserva Extrativista (RESEX)	É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja substância baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público com seu uso concedido às

	populações extrativistas tradicionais.
Reserva de Fauna	Um área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos que também é de posse e domínio público.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. É de domínio público.
Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN)	É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Tabela 2: UC's tidas como de Uso Sustentável (retirado do MMA, 2005)

Considerando as várias categorias de manejo das UC's no Brasil, percebe-se que muitos outros objetivos podem se igualar ou superar, em importância aos aspectos estritamente bióticos. Cita-se, portanto, a proteção de bacias e fontes d'água, o estímulo ao turismo e recreação, a conservação dos sítios históricos e culturais, a educação ambiental, preservação de feições geomorfológicas únicas ou ainda a manutenção do modo de vida e subsistência das populações locais, do incremento de sua economia local sustentável e gerando perspectivas para o crescimento econômico regional (BROCHIER, 2004, p. 18).

O principal instrumento legalmente instituído que fornece as direções básicas para o planejamento das UC's refere-se ao Plano de Manejo. O Plano de Manejo constitui um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, estabelece-se o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade (BROCHIER, 2004, p. 18).

O modelo da criação de parques nacionais sem moradores para a preservação de vida selvagem sofreu críticas dentro e fora dos Estados Unidos. Diegues (1997) afirma que a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos seres humanos.

2.1.1 O ecoturismo

Os administradores de áreas protegidas estão procurando levar um número cada vez maior de visitantes a parques e reservas. As comunidades próximas a essas UC's estão usufruindo novas oportunidades de emprego e turismo. Surge então o chamado Ecoturismo, que é definido como viagem responsável a áreas naturais, com finalidade de conservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local.

Também conhecido como turismo suave, turismo alternativo, turismo responsável ou turismo da natureza, o ecoturismo é, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), praticado por 5% dos viajantes de todo o mundo. Prevê-se um crescimento acima da média do turismo convencional, aproximadamente 20% ao ano. Isso transformou-o em um dos mercados mais promissores, principalmente nos países que possuem significativas reservas naturais, como por exemplo, o Brasil.

Swarbrooke (2000, p. 58) conceitua como sendo o tipo de viagem “que a principal motivação é o desejo de ver os ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem, assim como sua população nativa”. Essa definição vai de encontro ao conceito oficial do governo brasileiro adotado pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Para o órgão ecoturismo é:

O segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”²

De acordo com Swarbrooke (2000, p. 58), o ecoturismo é uma atividade que busca maximização dos benefícios e a minimização dos impactos negativos causados pela atividade. Assim, esse tipo de turismo visa à harmonia dos fatores econômico, sociais e ambientais que se apresentam como fatores a serem alcançados pelo desenvolvimento sustentável.

Conforme abordado por Serrano In: Ansarah (2001, p. 204), a diversidade de práticas desenvolvidas sob o nome de ecoturismo busca estabelecer um outro conceito igualmente complexo, que é o turismo sustentável.

² Brasil – Ministério do Esporte e Turismo / EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** (Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994). Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/conheca/programas/ecoturismo.asp>. Acesso em: 20 nov.2002

Observa-se que o ecoturismo acontece nas áreas naturais, onde a ação humana é pouco presente. Para muitos estudiosos do ecoturismo, dentre eles Swarbrooke (2000, p. 59), as atividades ecoturísticas acontecem normalmente em área rural, e não urbana. Assim, as modalidades da atividade ecoturística são aquelas que permitem uma interação do visitante com a natureza e com a cultura dos povos autóctones.

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNIDADES

O termo desenvolvimento local vem sendo estudado já há alguns anos. Para iniciar a discussão propriamente dita de desenvolvimento local, é preciso antes tentar entender como se conceitua o termo desenvolvimento.

O termo desenvolvimento implica dimensões teóricas cada dia mais complexas, onde vários segmentos científicos, não só o da geografia tem se preocupado em estudá-lo, conduzindo assim a uma transdisciplinaridade e a uma visão mais abrangente dessa problemática (CARPIO, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 48).

O desenvolvimento, para muitos, sempre foi entendido como uma área de planejamento centralizado, onde o único objetivo era o de acúmulo de capitais. Era entendido como sinônimo de progresso, um binômio formado pelo crescimento econômico e pela modernização da tecnologia (OLIVEIRA, 2003, p. 48).

Em meados da década de 60, esse conceito começa a mudar, privilegiando outras maneiras para dimensionar novos modelos de desenvolvimento, levando em consideração a melhoria das condições e qualidade de vida da população (RUAS, 2004, p. 21). Ele precisa não só estar ligado ao capital econômico, mas também dependente do capital social e humano das comunidades.

Portanto há um novo debate sobre os modelos de desenvolvimento em ativa ebulição que reclamam um reexame profundo desse pensamento. Não se tem cumprido os prognósticos de que, aplicando as receitas do pensamento econômico convencional, se obter-se-ia progresso econômico estável e retrocederia a pobreza e a inequidade num mundo em desenvolvimento (KLIKSBERG, 1999, p.86).

James Wolfensohn, Presidente do Banco Mundial diz: “sem desenvolvimento social paralelo não haverá desenvolvimento econômico satisfatório”. Enrique V. Iglesias, presidente do BID, complementa que “o desenvolvimento só pode encarar-se de forma integral com todos os tipos de capital e que somente os enfoques monetários não funciona” (KLIKSBERG, 1999, p.87).

O capital social, portanto, é um dos enfoques dessa discussão para a análise e reexame das relações entre cultura e desenvolvimento.

O Banco Mundial distingue quatro formas de capital. São eles:

1. Capital natural - dotação dos recursos naturais de que conta um país;
2. Capital construído gerado pelo ser-humano - Infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial etc.;
3. Capital Humano - determinado pelo grau de nutrição, saúde e educação da população;
4. Capital Social - A mais recente descoberta, cujo conceito ainda está em fase de construção, porém, pode-se definir como o “grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, as normas de comportamento cívico e o nível de associatividade” (KLIKSBERG, 1999, p.86).

A confiança, por exemplo, atua como um “poupador” de conflitos potenciais. As atitudes positivas em matéria de comportamento cívico vão desde o cuidado dos espaços públicos ao pagamento de impostos, contribuindo para o bem estar geral. A existência de altos níveis de associatividade numa sociedade indica que esta tem capacidade de atuar em forma de cooperativas, em redes, obtendo sinergia.

Para Bernardo Kliksberg, (1999, p. 87), o capital social apresenta-se tanto no individual quanto no coletivo. O nível individual tem relação com o grau de interação social de um indivíduo e com sua rede de contatos sociais, e o segundo com o grau de respeito uns com os outros, incluindo a preocupação um com o outro, produzindo assim, a ordem pública.

Newton *apud* Kliksberg (1999, p.86) opina que:

O Capital Social pode ser visto como um fenômeno subjetivo composto de valores e atitudes que influenciam na forma em que se relacionam com pessoas, incluindo a confiança, normas de reciprocidade, atitudes e valores que ajudam a superar relações de conflito e de competição estabelecendo laços de cooperação e ajuda mútua.

Bass *apud* Kliksberg, (1999, p.86), considera que o Capital Social tem relação com a coesão social e a identificação com as formas de governo e com expressões culturais e comportamentos sociais que fazem com que a sociedade seja mais coesiva, representando mais do que uma soma de indivíduos.

De acordo com Ruas (2004, p. 22),

Deve-se valorizar a definição autônoma de estilos de desenvolvimento e vida, que estimulem a criatividade e conduzam à melhor utilização dos fatores de produção, diminuam a vulnerabilidade e a dependência, de tal modo que as sociedades contem mais com suas próprias forças de resistência, confiem em si próprias e tenham meios para serem dignas.

Para ocorrer a uma transformação é preciso que haja uma participação envolvente de todas as pessoas envolvidas em ações locais, promovendo intervenções animadoras no meio ambiente através de suas potencialidades (ROSA, 2003, p. 20).

Um outro conceito semelhante a esse está nas palavras de Melo *apud* Ruas, 2004, p. 23, que diz ser “um processo contínuo de libertação dos povos e da sociedade, em que estes são capazes de afirmar sua autonomia e, com autoconfiança, incrementar atividades de seu interesse. Este é o desabrochar da imaginação individual e social para definir objetivos e inventar meios de atingi-los”.

À medida que o contexto mundial sofreu transformações, houve a necessidade de reformulações teóricas a respeito do assunto *desenvolvimento*. Paradoxalmente, esse momento que se remete ao global, fortalece também níveis locais de decisão e estabelecimento de programas voltados ao desenvolvimento de uma localidade (RUAS, 2004, p. 24).

Esses novos conceitos e suas reformulações começou a ser estudado em 1996 por meio da Universidade de São Paulo no Departamento de Geografia que, de acordo com Ávila (2000, p. 67) “[...] promoveu um curso sobre o assunto, ministrado por professores dentre eles o Prof. José Cárpio Martins [...] e através de um doutorando da Universidade de São Paulo, surgiu a inspiração da institucionalização do Programa de Desenvolvimento Local, na Universidade Católica Dom Bosco, em convênio com a Universidade de Madri, em 1998.

O desenvolvimento local, conforme Martins (2002) tem como base a geografia humana, que apresenta um novo paradigma de desenvolvimento onde cada um se torna sujeito de seu próprio destino. Isso exige de cada pessoa uma postura pró-ativa no que se refere à melhoria da sua qualidade de vida.

Xavier, *apud* Rosa (2003, p. 20) destaca que o desenvolvimento local é o “[...] plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar – de maneira sustentável – as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula e amplia a participação de todos os atores relevantes.”

Ávila (2000, p. 75) complementa que “[...] o verdadeiro desenvolvimento local implica em formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades.” É por meio desse processo que a comunidade se organiza e se integra em seu contexto.

Ávila (2002) aponta que o desenvolvimento local é o desabrochar das comunidades envolvidas nesse processo. O autor explica que “desenvolvimento local não é só desenvolvimento no local”, isso significa que esse tipo de desenvolvimento acontece de modo

que o desenvolvimento situa-se somente no local e não traz benefícios à comunidade-localidade.

Também “não é só desenvolvimento para o local”, muito planejado pelo poder público, tratado por Ávila (2002, p. 69), como maneira bumerangue de se fazer desenvolvimento onde brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras com finalidades institucionais.

O desenvolvimento local deve ser entendido da seguinte forma, conforme o autor mencionado:

“ [...] o núcleo conceitual do desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, no sentido de ela mesma incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios assim como a metabolização comunitária de insumos e investimentos públicos privados e externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e quotidianamente lhe dizem respeito”. (ÁVILA, 2000, p.68)

Martins (2002) afirma que o desenvolvimento local implica a exploração dos recursos e meios disponíveis para o enfrentamento e superação dos entraves, aproveitando as condições favoráveis e as oportunidades.

Segundo Carmina Cavaco (*apud* RODRIGUES, 1999, p. 98),

O desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias e de assegurar melhores condições de vida [...] importa o desenvolvimento que é simultaneamente econômico e social e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural [...]

O local não é apenas identificado como região, lugar, município ou distrito, mas de forma relativa tanto no contexto global quanto regional. Pode ser um espaço abstrato do ponto de vista físico, onde pessoas vivenciam todos os atores relativos à sua existência como ser humano (ROSA, 2003, p.21).

Considerando os aspectos já citados acima, é preciso também que se defina o conceito de comunidade.

A comunidade é o lugar onde o homem sente-se em casa, aparecendo como uma forma de organização quanto à estrutura e dinâmica interna. Ela se configura por grupos de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de relacionamentos (RUAS, 2004, p. 79).

Foracchi & Martins, (1994, p. 215) observam que:

Ao se falar de comunidade, refiro-me a algo mais amplo que a comunidade local. No sentido em que é empregado por muitos pensadores do século XIX e XX, o termo abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um elevado grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coesão social e continuidade no tempo.

A comunidade consiste num círculo de pessoas vivendo juntas e permanecendo juntas, buscando não este ou aquele interesse em particular, mas um conjunto interno de interesses, suficientemente amplo e completo de modo a abranger suas vidas (ROSA, 2003 p. 26).

No aporte de Tange (1973, pg 12) “a comunidade contesta a sociedade moderna impessoal e funcional, bem como a família desintegrada sobre si mesma. E na comunidade em que se oferece as oportunidades da família, hoje, que não mais consegue dispensar a seus membros”.

Para Cogo *apud* Ruas (2004, p. 25) comunidade significa:

[...] o espaço privilegiado de constituição e vivência dos valores fundamentais como a solidariedade, a união, a ajuda mútua que, articulados à religiosidade impõe-se como referenciais indispensáveis na compreensão das culturas populares na sua relação com a comunicação.

O desenvolvimento da comunidade ocorre de maneira natural, realizando-se, espontaneamente, a partir de diferentes fatos, sejam eles econômicos, humanos, técnicos, materiais e de outras influências internas e externas (ROSA, 2003, p. 22). Isso quer dizer que o processo de desenvolvimento é promovido a partir das potencialidades e dos agentes sociais envolvidos.

A preocupação em descobrir iniciativas da comunidade como forma de melhor aproveitamento das potencialidades devem estar sempre presentes, pois os problemas surgem e as soluções podem também emergir no mesmo local ou vir de fora, sempre dependendo da aceitação e iniciativas da população local.

Todas as culturas contêm elementos estáticos e dinâmico, ambos necessários para sua estabilidade e desenvolvimento. O enfoque endógeno tem em conta ambos tipos de elementos, já que obtém autenticidade de um e utiliza o outro como vetor para trocas (CLAXTON, 1997, p. 6).

Todo desenvolvimento implica troca, e um desenvolvimento que tem como objetivo a modernização da sociedade não pode ser alcançado sem que se produzam trocas profundas

nas estruturas socioculturais, além do que, uma sociedade que confia em sua cultura estará mais aberta a influências exteriores.

No desenvolvimento do turismo, as populações envolvidas têm grandes possibilidades de obter ganhos tanto em níveis culturais quanto nos de analfabetismo, grau de instrução, geração de emprego e renda e ganhos de infra-estruturas generalizadas (ARAÚJO, 1998, p. 362).

Apesar de a sedução que o turismo exerce, quando é feito de maneira massificada, pode trazer conseqüências negativas e de longo alcance para a população local. Pode degradar o meio ambiente, promover a inflação local e salientar as diferenças culturais e econômicas entre os habitantes locais e os viajantes mais abastados (LINDBERG & HAWKINS, 2002, p. 255).

Sendo uma indústria que cresce rapidamente, o turismo é considerado um promissor instrumento para preservar áreas frágeis e ameaçadas. Propicia também oportunidades para o desenvolvimento das comunidades (LINDBERG & HAWKINS, 2002, p. 255- 256).

De acordo com Lindberg & Hawkins, 2002, o turismo:

Deve basear-se em uma perspectivas de sistemas que inclua a sustentabilidade e a participação da população local... Deve ser encarado como um esforço cooperativo entre a população local e visitantes conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais e seus patrimônios culturais e biológicos através do apoio ao desenvolvimento da comunidade local.

Para o mesmo autor, o desenvolvimento da comunidade diz respeito a conferir poderes aos grupos locais no controle e gerenciamento de reservas valiosas por meio de mecanismos que sustentem e satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais dos grupos.

O turismo é uma atividade pluridisciplinar que compreende dimensões de ordem econômica, social, cultural, científica, educativa e, em particular, ética. A pesar de todos os benefícios que tem, se mal planejados, o turismo pode plantar na cultura, no diálogo entre as culturas e no desenvolvimento cultural alguns problemas (PALMA, 2002, p. 22). As respostas para controlar esse fenômeno do turismo devem buscar um enfoque global, interdisciplinar e mediante a cooperação entre todos os atores do turismo.

Rodrigues (1997, p.25) aponta que o turismo com base local define o resgate, a promoção das especificidades do lugar e do “único”. Devendo se acreditar e valorizar o conhecimento popular local na explicação dos problemas e na busca de soluções. Esse pensamento inclui-se nas teorias do desenvolvimento local, quando se valoriza a comunidade e o local onde se realizam as atividades turísticas.

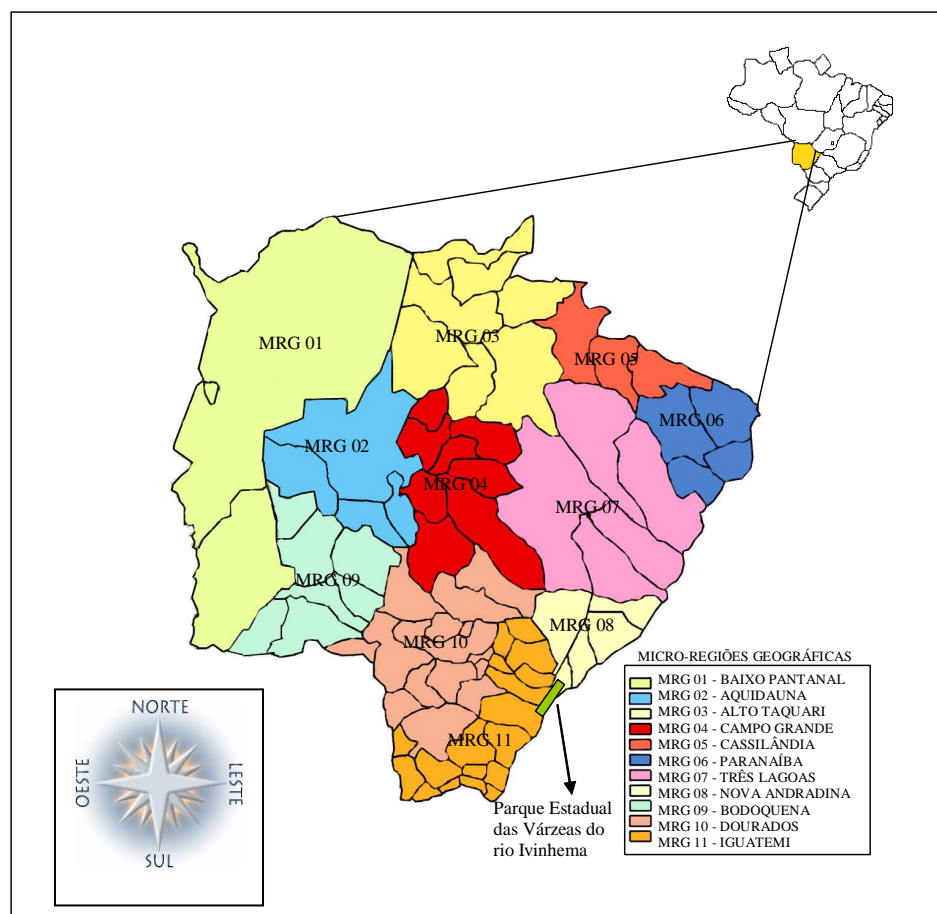
4 OBJETO DE ESTUDO:

O PARQUE ESTADUAL VÁRZEAS DO IVINHEMA E A COMUNIDADE PORTO CAIUÁ

4.1. O PARQUE ESTADUAL VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA

O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema é uma Unidade de Conservação (UC) de uso Indireto criado pelo decreto nº 9278 de 17 de dezembro de 1998. Esta UC situa-se na bacia do rio Paraná, no sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul entre as micro-regiões de Iguatemi e Nova Andradina.

Figura 5 - Localização da unidade de conservação no Estado do Mato Grosso do Sul.

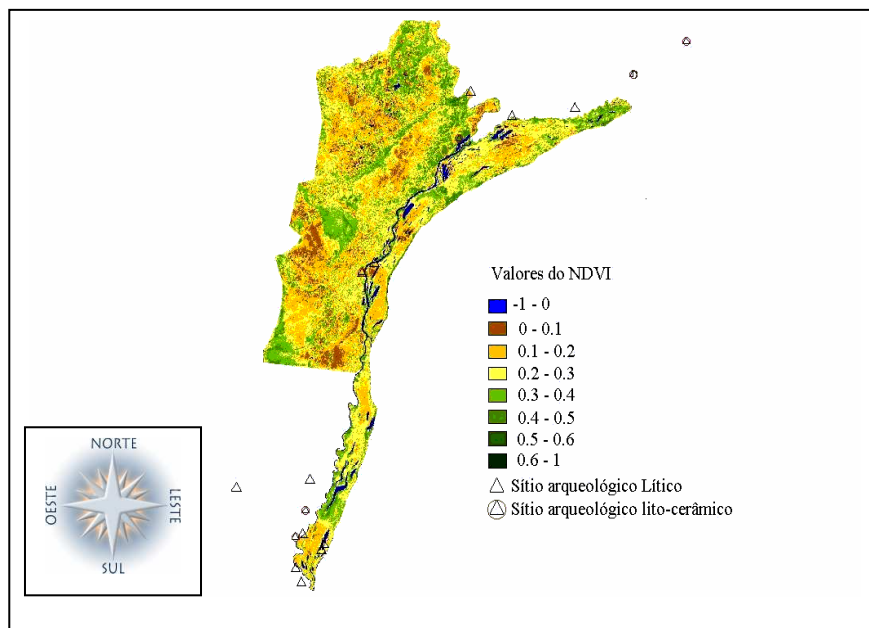


Fonte : Adaptado do Mapa de Micro-regiões Geográficas (MRG) do Mato Grosso do Sul, gerado pela SEPLAN, 1999.

Foi instituída como mediada de compensação ambiental da Usina Hidrelétrica Engº Sérgio Motta, antiga Porto Primavera, uma vez que em decorrência da construção dessa usina, milhares de hectares de feição fitogeográfica desaparecerão em virtude da formação do lago desta hidrelétrica, e ainda, por esta constituir-se na última área livre de represamento deste rio em território brasileiro.

O Parque abrange parte dos municípios de Naviraí, Jateí e Taquarussu, e a importância fundamental que justificou sua criação expressa-se por este ser o último trecho livre de represamento do rio Paraná em território nacional, sendo os varjões, com sua planície de inundação periódica e lagoas um refúgio para grande riqueza biológica, especialmente no que se refere a diversidade de avifauna.

Figura 6 – Delimitação do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema



Fonte: Geoprocessamento UCDB, 2003

O acesso principal para o Parque Estadual dá-se pela rodovia Deodápolis-Ivinhema BR – 376, desta pela MS – 141 até a entrada da UC. Dista 410 Km da capital do Estado, Campo Grande e 95 Km da sede do município de Ivinhema. O trecho MS – 141 é precário sem sinalização, com via não pavimentada, tornando-se intransitável em períodos de chuva. Uma outra opção de acesso é por transporte hidroviário seguindo dos diferentes portos que margeiam o rio Paraná ou por transporte aéreo realizado por pequenos aviões e helicópteros, haja vista a existência de campo de pouso na sede do Parque.

A definição do nome da UC está diretamente relacionada às características do ecossistema local. A paisagem dessa região caracteriza-se por uma extensa planície aluvial, localmente denominada Varjão, representada por dois compartimentos geomorfológicos: a planície de inundação do rio Paraná e de seu tributário rio Ivinhema, com seus lagos e canais marginais e o baixo terraço. O nome Ivinhema é de origem indígena e representa uma outra característica geográfica local com o significado de “*rio de duas foz*”.

Figura 7 – Rio Paraná - Início da Comunidade Porto Caiuá



Foto de Patrícia Tostes Palma, 2006

Este Parque torna-se, portanto, uma unidade de conservação de grande importância para o Estado e para o país, pois serve de refúgio para a fauna desta região, especialmente para as aves migratórias, para a conservação e preservação da flora e *ictiofauna* que compõem este ecossistema.

De acordo com o relatório 1º do Plano de Manejo, os objetivos principais de conservação do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema são:

- conservar os fragmentos de florestas;
- conservar os remanescentes das Várzeas e ecossistemas associados dos rios Ivinhema e Paraná;
- manter mecanismos regulação natural das bacias hidrográficas locais;
- promover a preservação da diversidade genética das espécies que habitam o Parque, principalmente aquelas ameaçadas de extinção;

4.2 A COMUNIDADE PORTO CAIUÁ

As pesquisas arqueológicas no alto curso do rio Paraná tiveram continuidade à jusante do reservatório da Usina Hidrelétrica Engº Sérgio Motta, no qual inclui a área do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema e as comunidades no seu entorno, destacando a Comunidade de Porto Caiuá, distrito de Naviraí, do Estado de Mato Grosso do Sul.

Porto Caiuá está localizada em posição contígua à parte sul do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema. Ela está também sobre o sítio arqueológico Rio Ivinhema – 1 , o qual se estende por cerca de 3,5 km, margeando o rio Paraná a partir de sua confluência com o rio Ivinhema.

O sítio arqueológico que está sobre Porto Caiuá testemunha os povos antigos, índios guaranis que estiveram neste local. A implantação dos sítios arqueológicos Guarani caracteriza-se pela existência atual de fragmentos de cerâmica e vestígios líticos nas partes altas do relevo, tais como encostas que dominam um rio navegável, onde também se encontra água potável e perene como um córrego ou uma lagoa (VAN LONKHUIJZEN, 2003, p.27).

Por ser uma área privilegiada tendo o rio Paraná como um recurso de sobrevivência, sempre houve novas ocupações neste mesmo local. A comunidade Porto Caiuá também se instala nessa área pelo mesmo motivo de sobrevivência como a pesca, a exploração da madeira, atividades agrícolas e pecuárias e pelo uso da balsa para a travessia do rio Paraná da margem direita o Estado de Mato Grosso do Sul para margem Esquerda no estado do Paraná.

A coleta dos dados foram feitas por meio de entrevistas semi-estruturadas com 62 moradores da comunidade e foram divididas em três blocos, a saber:

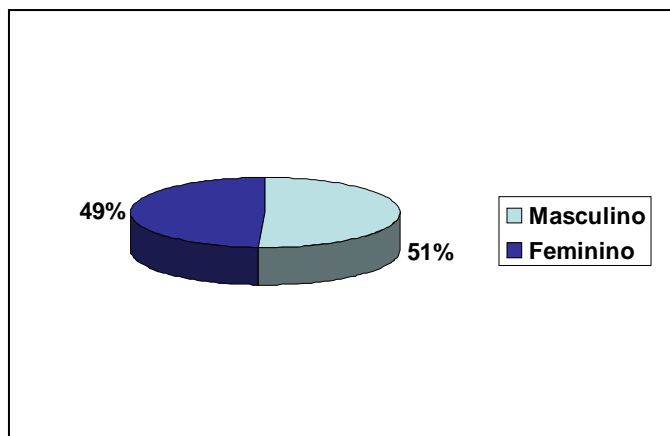
- Bloco A – Perfil dos Entrevistados;
- Bloco B – Cultura do Local;
- Bloco C – Conhecimento sobre Turismo, o Parque Estadual e a Arqueologia.

Em toda esta análise foi levado em consideração o objetivo maior da pesquisa, que é com vistas ao desenvolvimento local.

Nessas entrevistas foram analisados, também, os graus de conhecimento do Parque Estadual e os benefícios que ele pode trazer para a comunidade Portos Caiuá. A maioria dos entrevistados acredita que, até este momento, a criação dessa Unidade de Conservação ainda não ajudou em nada com relação ao desenvolvimento da comunidade, porém acreditam que ela pode ser um instrumento para benefícios em Porto Caiuá, incluindo neste o turismo e a arqueologia do local.

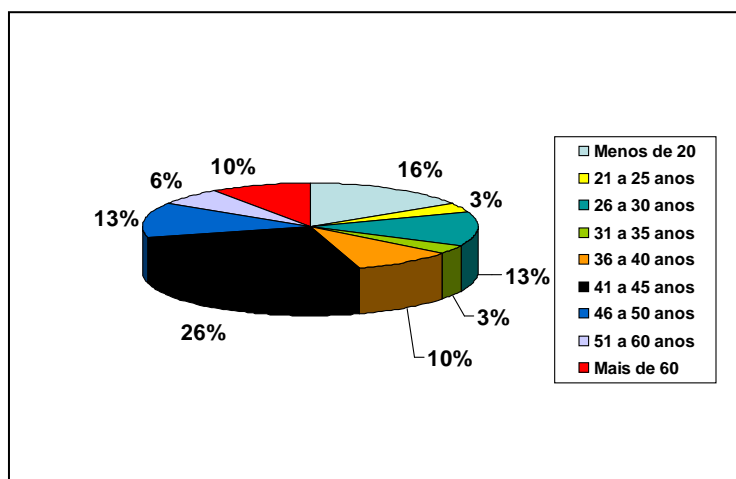
Dos 62 entrevistados, 49% foram mulheres e 51% os homens, moradores da comunidade Porto Caiuá. Vide gráfico 1.

Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados



Na tabulação dos resultados, separou-se o sexo dos entrevistados, porém em alguns dos resultados a porcentagem das respostas equipara-se de forma semelhante, como foi o caso da faixa etária, pois em ambos os sexos, predominou-se a idade de 41 à 45 anos como maioria da população entrevistada.

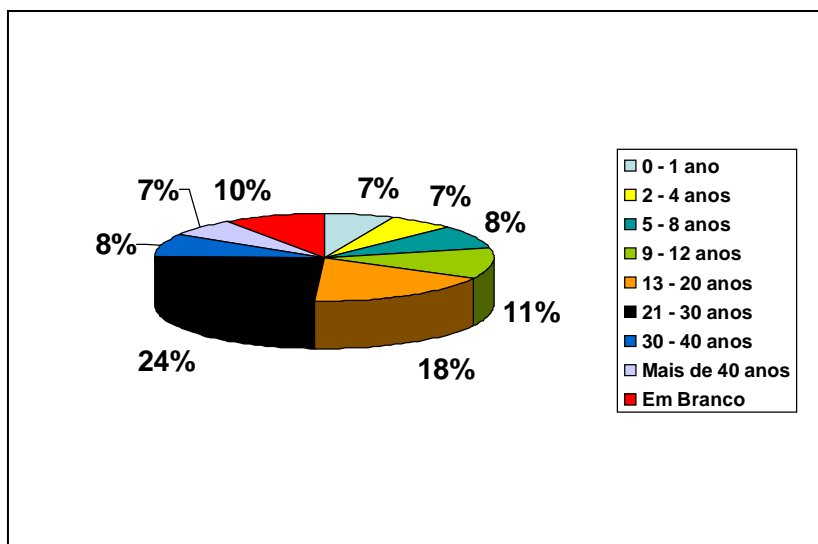
Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados



Entre os jovens foram entrevistados uma média de 16%, sendo, portanto, uma parcela menor, devido ao fato de muitos estudarem fora da comunidade (no município de Naviraí ou na Capital do Estado).

A ocupação da área atual de Porto Caiuá é formada predominantemente por grupos paulistas, paranaenses e sul-mato-grossenses. Alguns deles vivem na comunidade há mais de 20 anos, ou seja, nasceram ou vieram desde pequenos, conforme ilustra o gráfico nº 3.

Gráfico 3: Há quanto tempo mora em Porto Caiuá



São cerca de 150 a 200 pessoas que moram na comunidade, incluindo crianças e jovens. A ocupação da maioria dos moradores é a de pescador, sendo seguido de lavradores, ou quem trabalha na balsa.

As mulheres também se destacam profissionalmente como pescadoras “credenciadas” além do trabalho da casa e da família, conforme descrito no gráfico nº 4 e 5.

Gráfico 4: Ocupação dos homens da comunidade

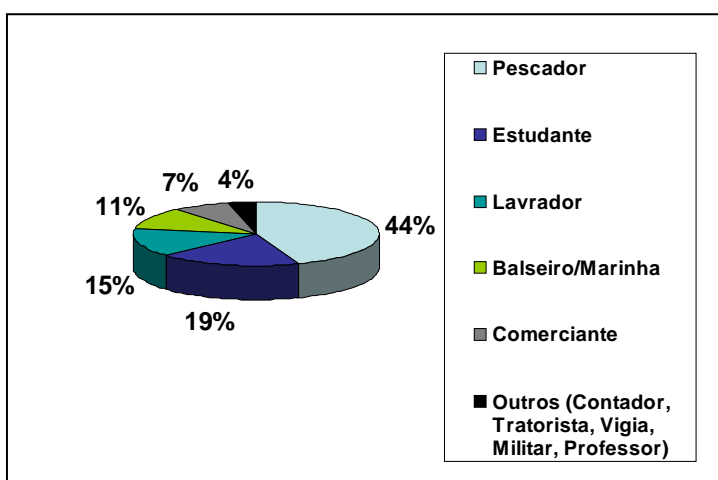
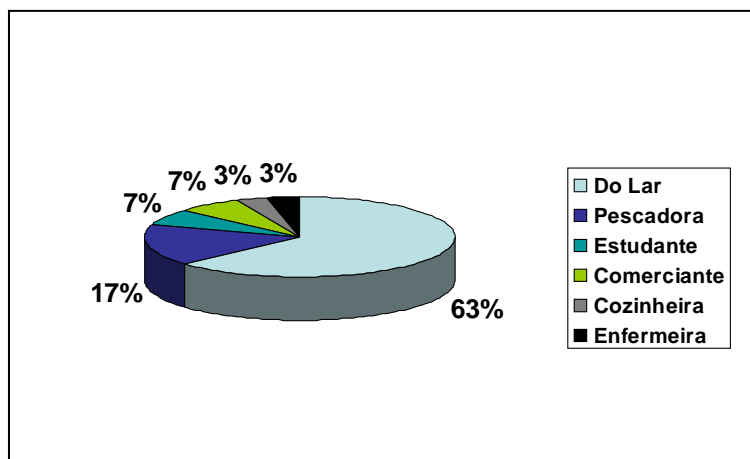


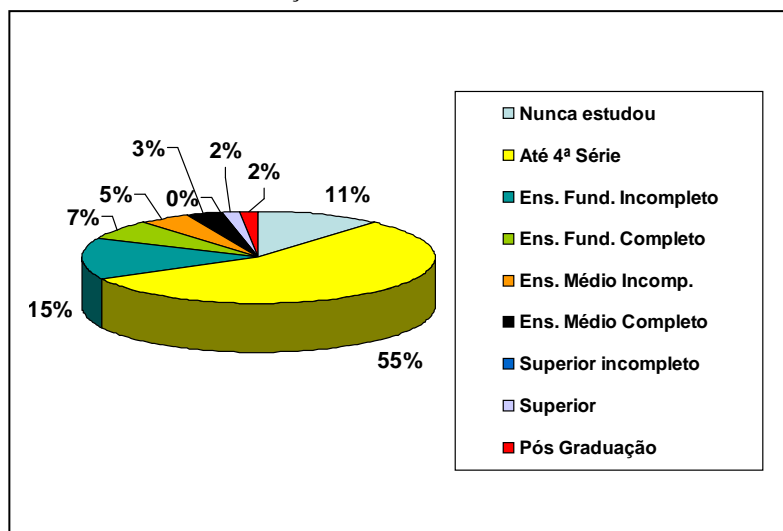
Gráfico 5: Ocupação das mulheres da comunidade



Conforme entrevista com alguns moradores, o uso da balsa, antes da construção da ponte Airton Sena, era intenso, o que movimentava a vida daquela comunidade. Na mesma época, existiam alguns equipamentos e infra-estrutura que hoje não existem mais, como pensões, armazéns, posto de gasolina. Estes equipamentos geravam atividades econômicas e sociais no local.

O grau de instrução entre os moradores é até a 4ª série do ensino fundamental, sendo seguido por alguns que completaram o ensino fundamental. Quem conclui os graus mais elevados de estudos são os jovens que saem da comunidade rumo a cidades onde há oportunidades de estudo mais avançado.

Gráfico 6 – Grau de Instrução da Comunidade Porto Caiuá, Naviarí, MS



A maioria dos moradores de Porto Caiuá mora com a família, de acordo com o gráfico nº 7. No gráfico nº 8 demonstra-se que 55% dos entrevistados recebe entre 0 a 2 salários mínimo de renda familiar, sendo seguido de 33%, de 3 a 5 salários mínimos.

Gráfico 7 –Mora com a família?

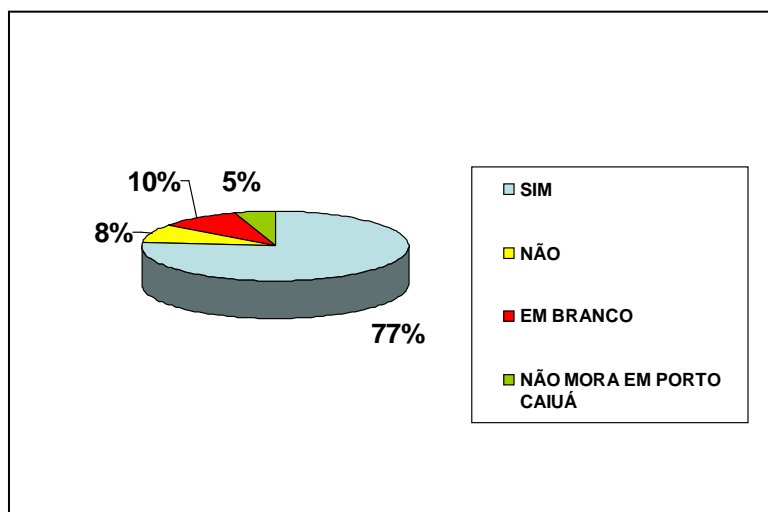
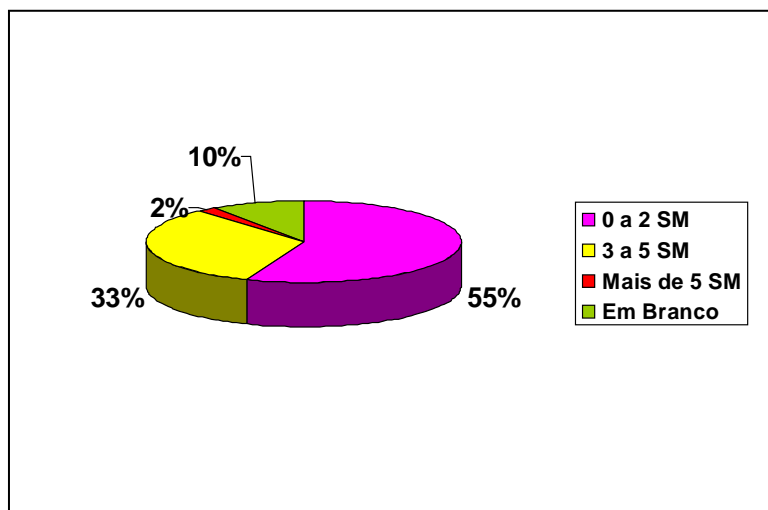
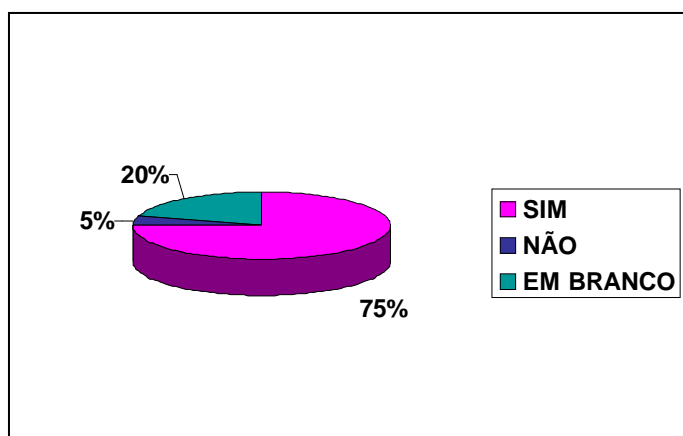


Gráfico 8 – Renda Familiar dos entrevistados



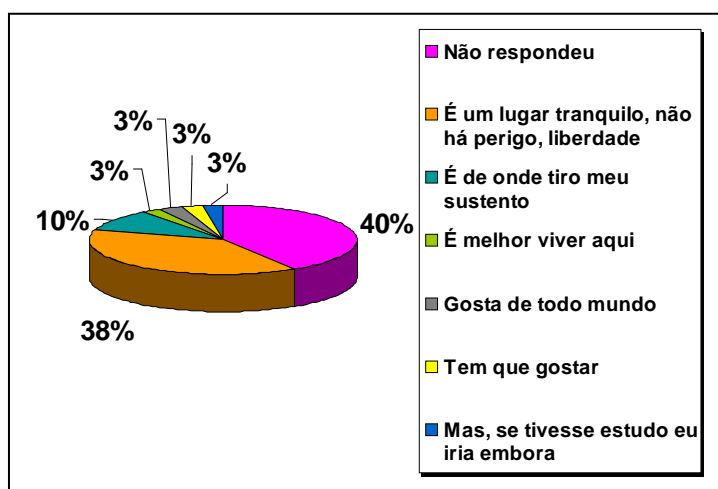
Ao perguntar aos entrevistados sobre o seu gosto em morar na comunidade, 75% respondem que sim, sendo seguido de 5% que não gosta de morar em Porto Caiuá. Percebe-se diante desse resultado o apego da comunidade ao lugar, pois muitos estão em Porto Caiuá desde pequenos, criando raízes e laços afetivos com a comunidade.

Gráfico 9 – Gosta de morar em Porto Caiuá?



Apesar de 40% não responderem o porque, 38% respondem gostar de morar em Porto Caiuá por ser um lugar tranquilo, com liberdade e sem perigo. 10% dos entrevistados respondem gostar porque é de lá que tiram seu sustento, conforme mostra gráfico nº 10.

Gráfico 10 – Por que gosta de morar em Porto Caiuá?



De acordo com gráfico nº 11, 67% respondem que pretendem ficar morando em Porto Caiuá, sendo seguido no gráfico 12 sobre o porquê de continuar morando lá.

Gráfico nº 11 – Pretende continuar morando em Porto Caiuá?

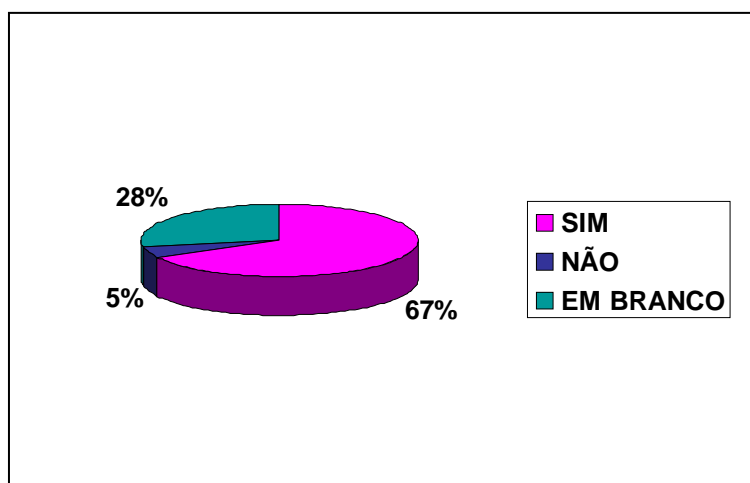
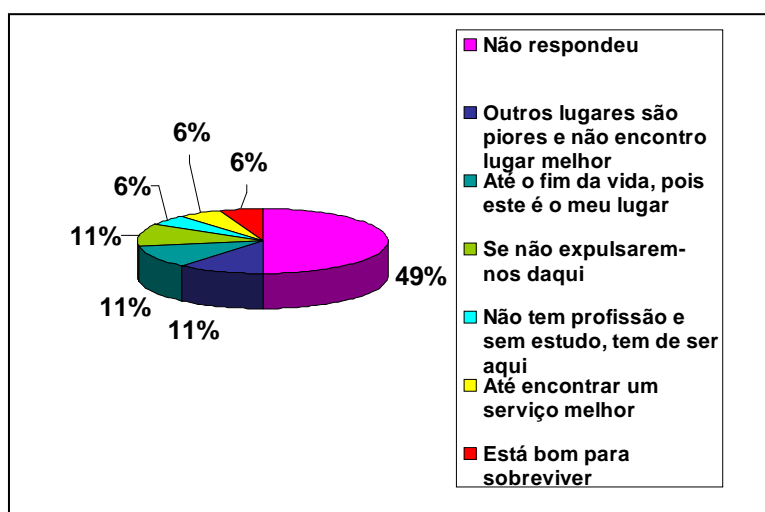


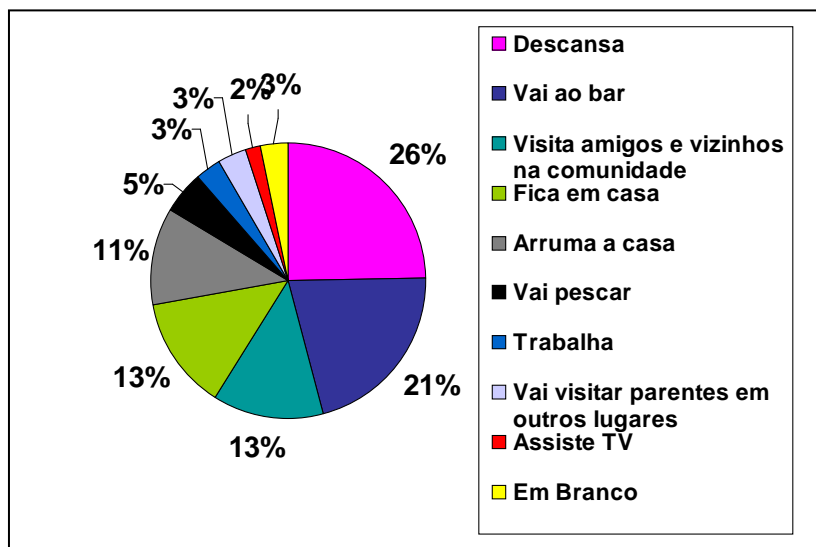
Gráfico nº 12 – Por que continuar morando em Porto Caiuá?



4.2.1. Cultura Local

Ao analisar a cultura local, levaram-se em consideração hábitos e costumes dos moradores, representado nos gráficos a seguir.

Gráfico nº 13 – O que a família faz no tempo livre



No tempo livre com a família, 26% respondem que descansam, sendo seguido de 21% que, em seu tempo livre, trabalham. Percebe-se, diante do gráfico nº 13, que a família não valoriza o tempo livre para fazer algo de que gostam. Com a análise observatória do dia-a-dia da comunidade, percebe-se que o regime de trabalho dos moradores encerra-se cedo e alguns trabalham próximo de seus lares, mantendo um contato constante com vizinhos, amigos e familiares. Ou seja, o tempo livre está presente todos os dias, não se limitando a feriados e a finais de semana.

A maioria dos entrevistados, ao responderem se existem festas e reuniões, lembram-se do passado, pois as festas e reuniões eram mais frequentes, como demonstra os gráficos 14 e 15.

Gráfico nº 14 – Existe festas e reuniões na comunidade?

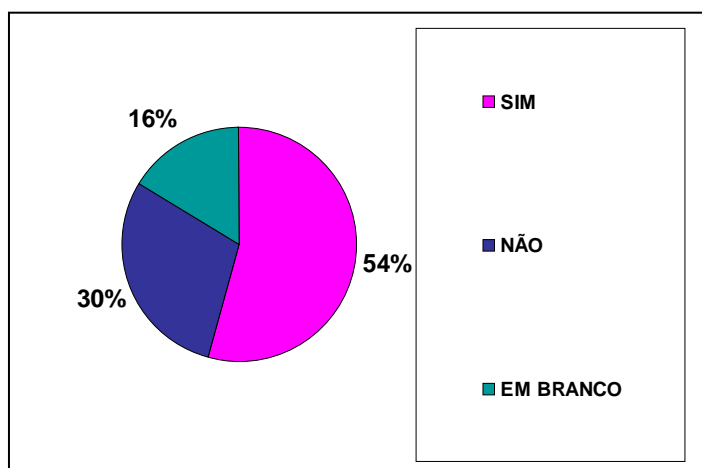
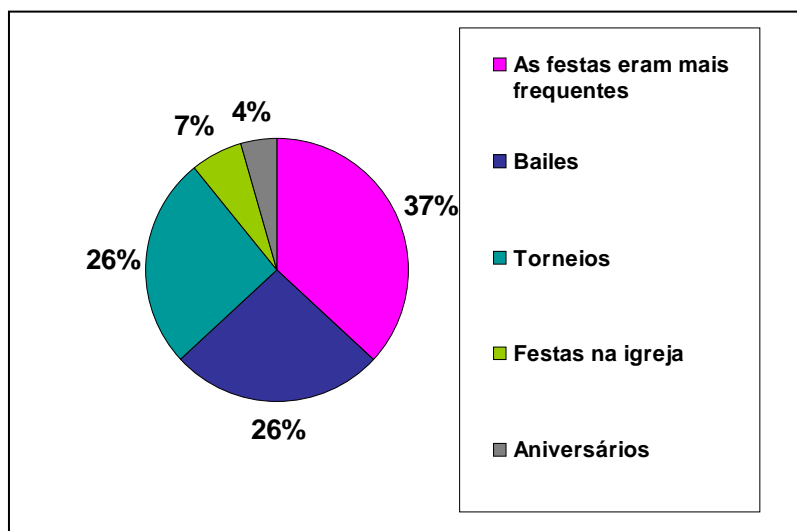
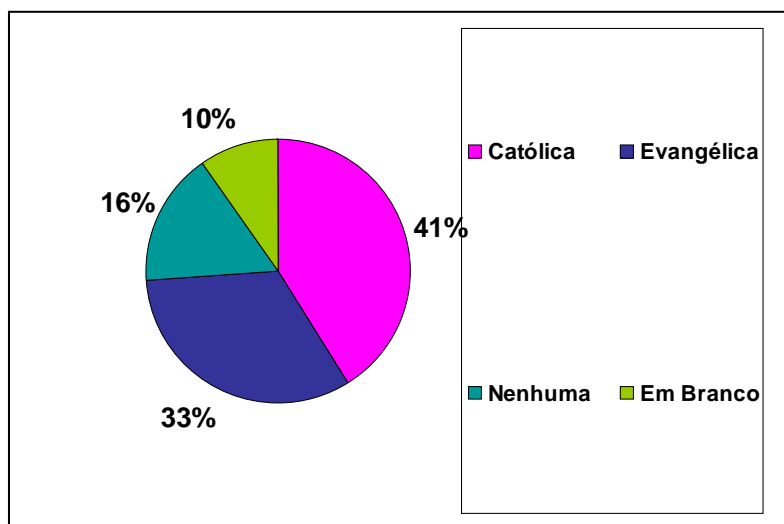


Gráfico nº 15 – Como eram as festas e reuniões na comunidade?



No gráfico nº 16, é demonstrado sobre a freqüência dos moradores em alguma religião/igreja. Na comunidade, existem duas igrejas: a católica e a evangélica, onde 41% dos moradores dizem freqüentar a igreja católica e 33% a evangélica. Quanto aos evangélicos, é um número considerável, pois vem crescendo desde a sua implantação na comunidade.

Gráfico nº 16 – Freqüenta alguma religião na comunidade?

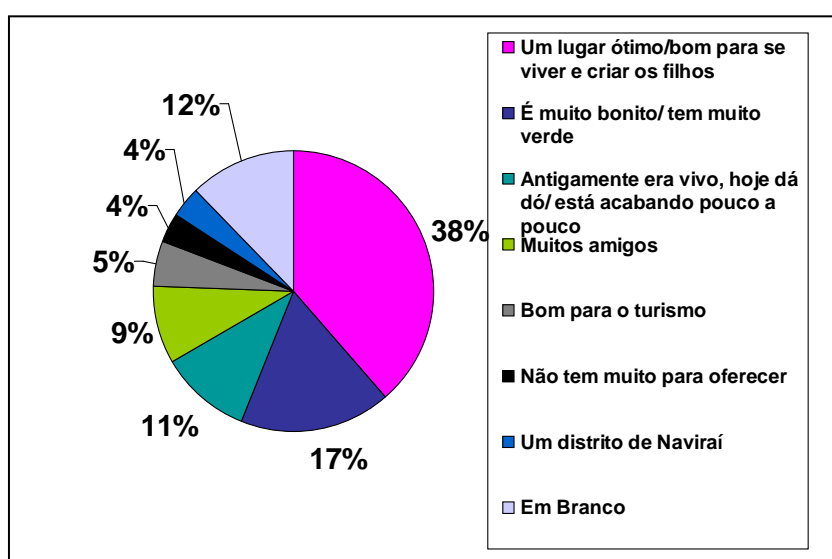


Ao pedir aos entrevistado que descrevesse Porto Caiuá conforme a visão dos mesmos, somente 4% dizem que a comunidade não tem nada para oferecer. 38% afirmam ser um bom lugar para viver e criar os filhos. Na observação de quem vem de outros lugares, Porto Caiuá é uma comunidade simples e humilde. À beira do rio Paraná, Porto Caiuá ostenta uma bela natureza, como demonstra uma parcela dos moradores.

Eles se sentem tranquilos por morarem na comunidade que não oferece perigos como nas grandes cidades. Na comunidade, criam laços afetivos e de amizades, o que em uma cidade maior seria mais difícil.

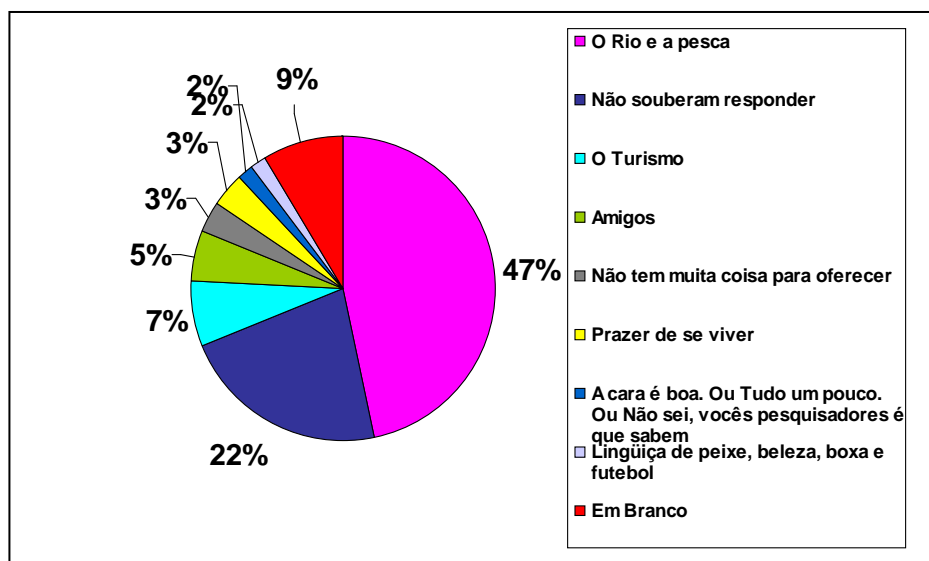
Ainda assim, 11% respondem que Porto Caiuá já foi melhor desenvolvido e que hoje a comunidade está diminuindo pouco a pouco. Já foi abordado anteriormente que a comunidade de Porto Caiuá, Navairí, MS, já foi mais movimentada, antes da construção da balsa, por isso esse pensamento de alguns moradores de estar parado e “abandonado”.

Gráfico nº 17 – Porto Caiuá na visão dos entrevistados



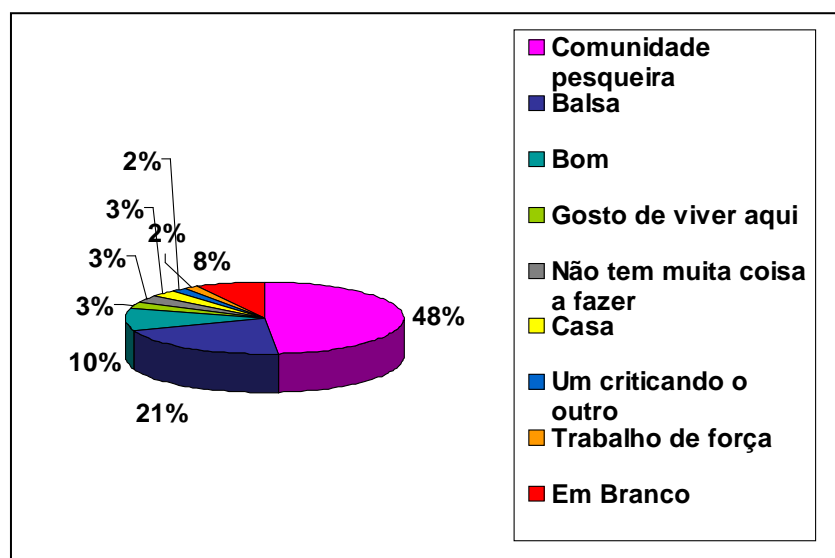
Ao responderem o que é mais típico e representativo na comunidade, os entrevistados dizem ser o rio Paraná e a pesca, portanto, consideram-se uma comunidade de pescadores conforme demonstram os gráficos 18 e 19.

Gráfico nº 18 – O que é mais típico e representativo em Porto Caiuá?
Qual a “cara” de Porto Caiuá



É curioso perceber que 22% dos entrevistados não souberam responder. Percebeu-se durante o contato inicial com os moradores um certo receio em responder às questões, pois nesse período alguns conflitos e decisões estavam acontecendo em Porto Caiuá. Ao abordá-los notaram-se receio e insegurança, pois os mesmos sentiam-se ameaçados pelos entrevistadores. Os entrevistados ganhavam maior confiança à medida que os entrevistadores explicavam qual o objetivo da pesquisa, que era o contrário do que pensavam, não havendo nenhum vínculo com os conflitos que estavam acontecendo na comunidade.

Gráfico nº 19 – Explique o modo de vida em Porto Caiuá, Naviraí, MS



Foi perguntado o que o rio Ivinhema, que fica próximo à comunidade, representava para os entrevistados, como mostra o gráfico nº 20. A porcentagem maior (22%) diz representar a pesca, sendo seguido de 19% representando o Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema. Percebe-se diante desse fato o conhecimento dos moradores sobre a criação dessa Unidade de Conservação. Antes de sua criação, o Parque estadual era utilizado pelos moradores, onde os mesmos freqüentavam o rio Ivinhema para a pesca. Atualmente, eles não podem utilizar o rio e nem mesmo a área devido à criação do Parque Estadual. Eles reclamam a não utilização do rio Ivinhema, pois o mesmo era instrumento de trabalho e havia mais peixe neste rio do que no rio Paraná.

O gráfico nº 21 demonstra praticamente os mesmos resultados quando se pergunta sobre o rio Paraná.

Gráfico nº 20 – O que o rio Ivinhema representa para os entrevistados

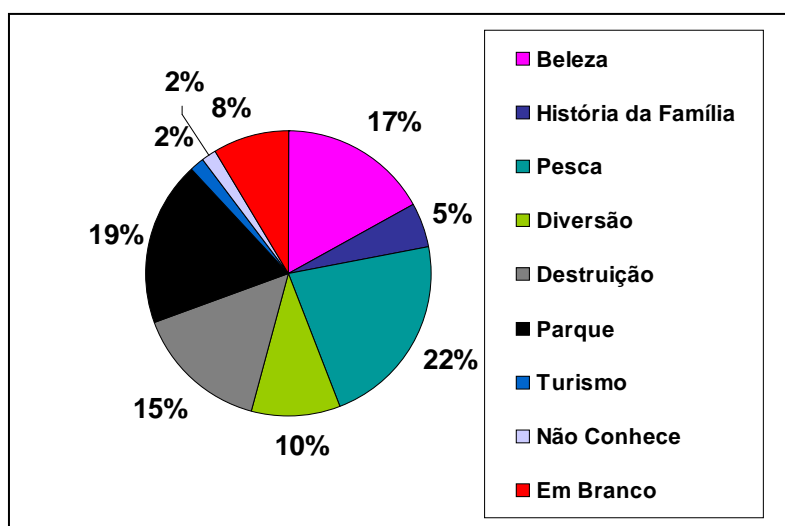
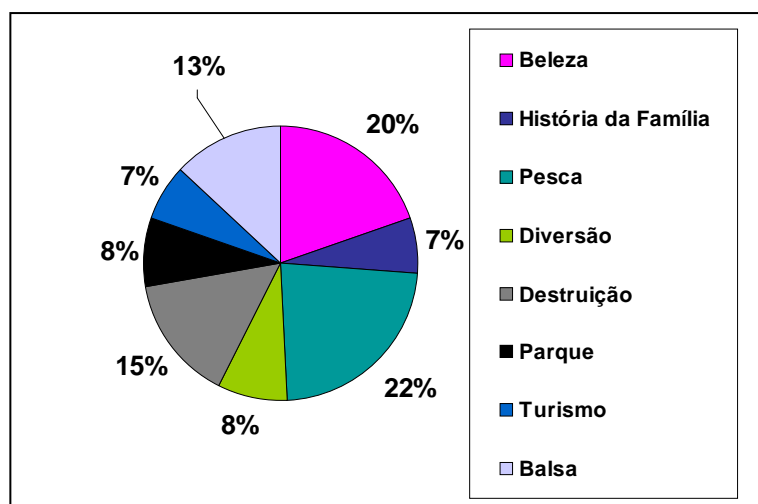
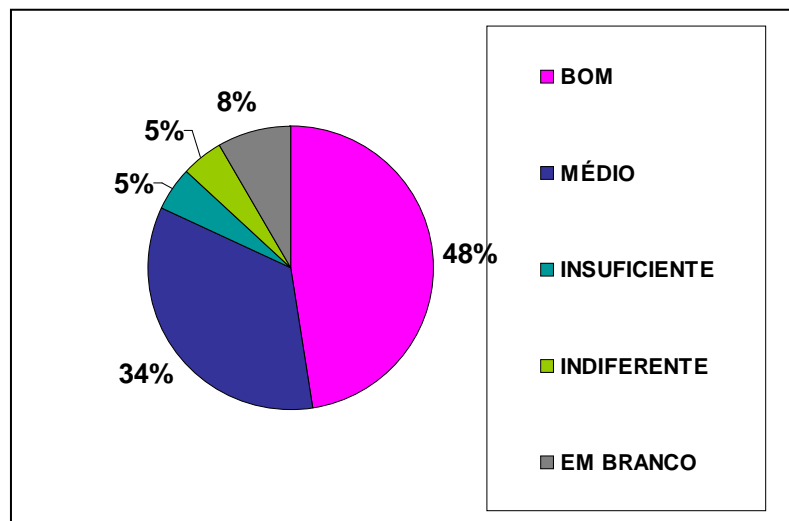


Gráfico nº 21 – O que o rio Paraná representa para os entrevistados



Avaliou-se a opinião dos entrevistados quanto ao grau de relacionamento entre os moradores. 48% dizem ser bom o relacionamento entre eles, sendo seguido de 34% que julgam médio, conforme demonstra o gráfico nº 22.

Gráfico nº 22 – Relacionamento entre os moradores



Sobre as lideranças locais, os entrevistados pensam estar em um grau médio, sendo seguido de 26% como bom ou insuficiente. Ao responderem sobre esta questão, os moradores não gostam muito de falar, outros dizem não existirem lideranças, enquanto outra parcela afirma que a liderança que lá existe não é tão boa, como demonstra o gráfico 21.

Já no gráfico nº 24, 41% dos entrevistados revelam ser boa a interação de Porto Caiuá com a cidade de Naviraí. Vale ressaltar que a comunidade é um distrito de Naviraí, sendo, portanto, as questões administrativas da comunidade uma responsabilidade da prefeitura da cidade citada acima.

Gráfico nº 23 – O que pensam os entrevistados sobre as lideranças locais

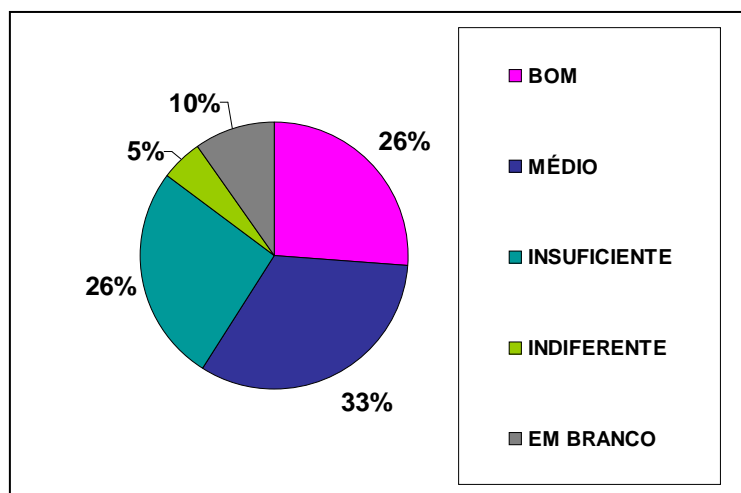
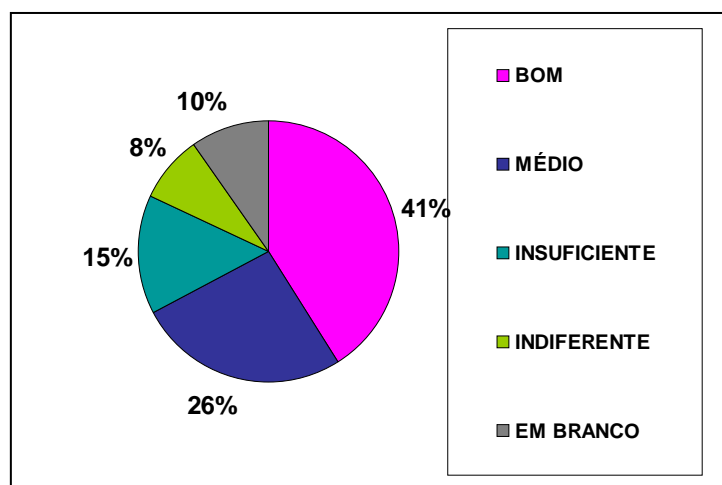
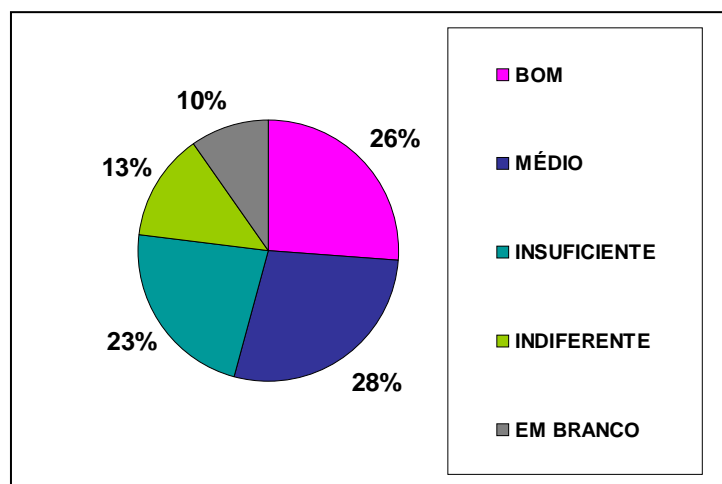


Gráfico nº 24 – O que pensam os moradores sobre a interação entre Naviraí e a comunidade



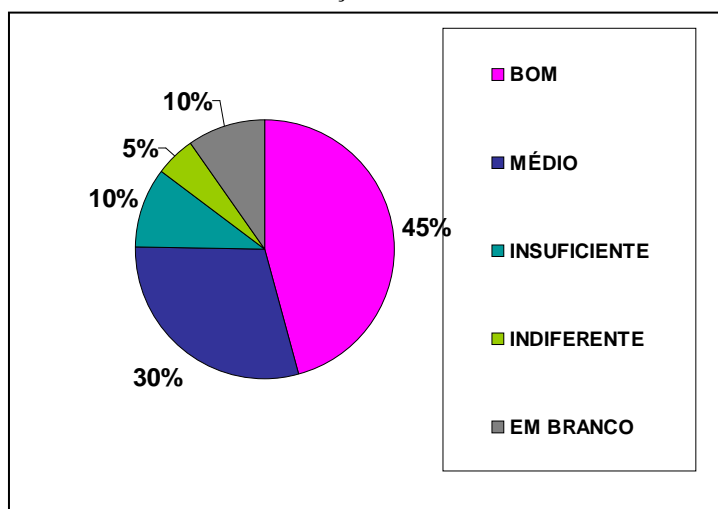
Já sobre o grau de interação do Estado com a comunidade foi julgada pela maioria dos moradores como média (28%). Alguns deles reclamam a falta de informação e interação por parte do órgão que responde pelo parque. Alegam que o poder público não mantém contato com os moradores.

Gráfico nº 25 – Grau de interação da comunidade com o Estado



A educação é considerada boa para 45% dos entrevistados. Vale ressaltar que a escola que lá funciona é para estudantes do ensino fundamental. Os jovens que precisam estudar no ensino médio viajam todos os dias para Naviraí a uma distância de aproximadamente 75 km.

Gráfico nº 26 – Nível de educação da comunidade



O nível da saúde é considerado como bom para 35% dos entrevistados, enquanto 33% consideram-no como insuficiente. Não existe hospital e nem posto de saúde na comunidade, quanto menos uma farmácia. Funciona, em Porto Caiuá, uma sala de saúde, onde uma das moradoras é responsável e a mesma possui uma formação básica de treinamento de saúde, não sendo enfermeira ou médica.

Gráfico nº 27 – Nível da saúde na comunidade

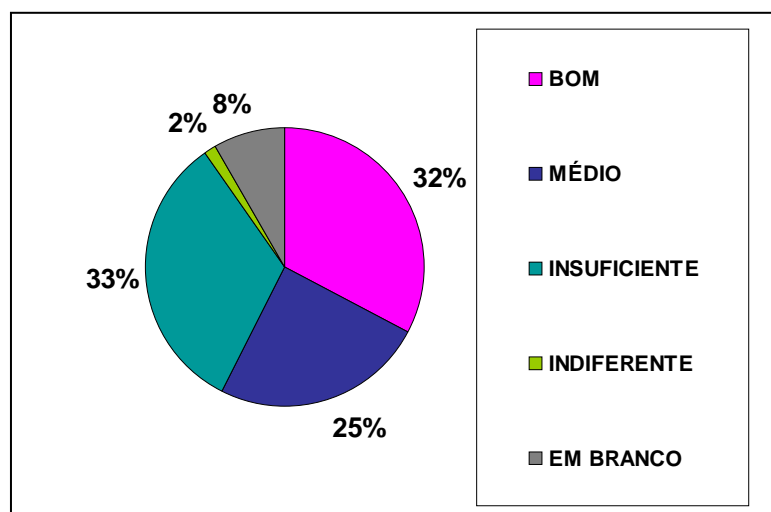
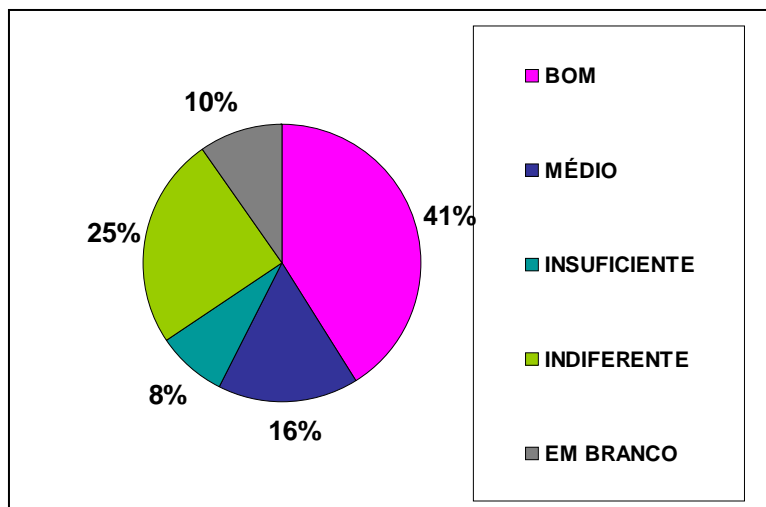


Gráfico nº 28 – Quanto ao lazer na comunidade.



No gráfico nº 28, para 41% da comunidade entrevistada o lazer é visto como bom; 25% consideram-se indiferentes quanto ao lazer. Durante o período de análise observatória, constatou-se entre os moradores que o lazer é feito por frequência nos bares (principalmente homens e crianças) e visitas aos amigos e vizinhos. Na coleta dos dados da entrevista, foram feitas atividades de educação patrimonial e muitos moradores estiveram presentes, reivindicando mais atividades como as que foram feitas, alegando ter poucas coisas para fazer lá.

A educação patrimonial ocorreu na comunidade na mesma época da coleta de dados, devido ao trabalho de escavação que estava sendo executada pela equipe do projeto Conhecendo e Preservando o Patrimônio Arqueológico Local: Escavações de Sítios no Contexto das Várzeas do Rio Ivinhema, que evidenciou a presença de sítios arqueológicos com vestígios dos Guarani pretéritos na área e são apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia-MS/FUNDECT e IMAP/Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema.

Quanto à infra-estrutura da comunidade, dos moradores entrevistados, 40% classificam como insuficiente. Na observação, percebe-se que a comunidade é composta basicamente de casas, duas igrejas, dois bares com um telefone público. Há rede elétrica, uma escola e a sede da empresa que presta serviços para a balsa. Uma empresa de ônibus percorre a estrada (sem asfalto) até Porto Caiuá e atravessa com a balsa para o Estado do Paraná..

Gráfico nº 29 – Quanto à infra-estrutura da comunidade

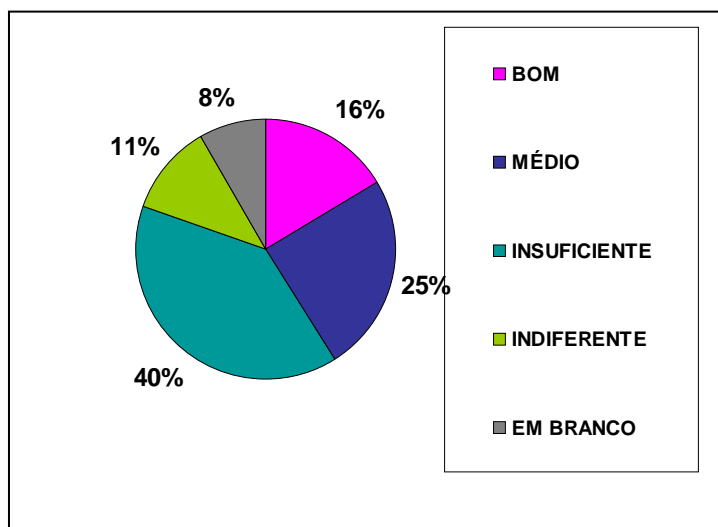
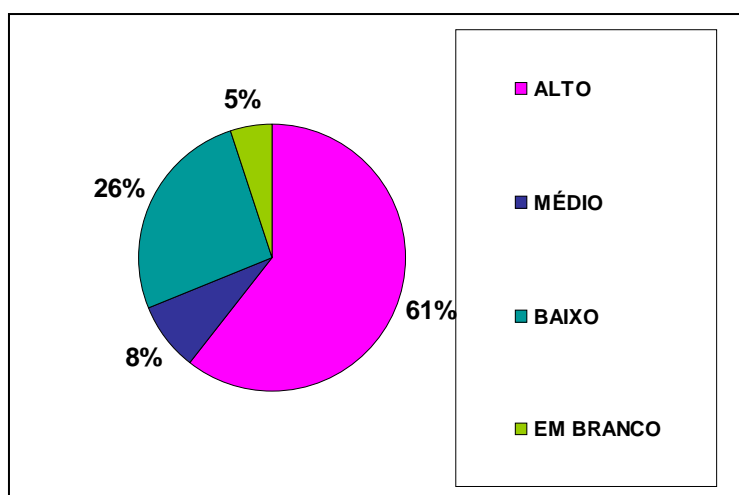
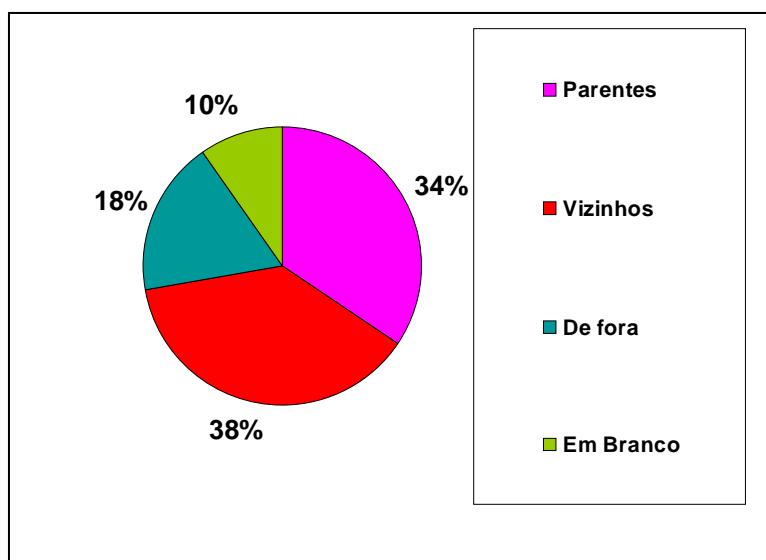


Gráfico nº 30 – Relação de grau de parentesco da comunidade



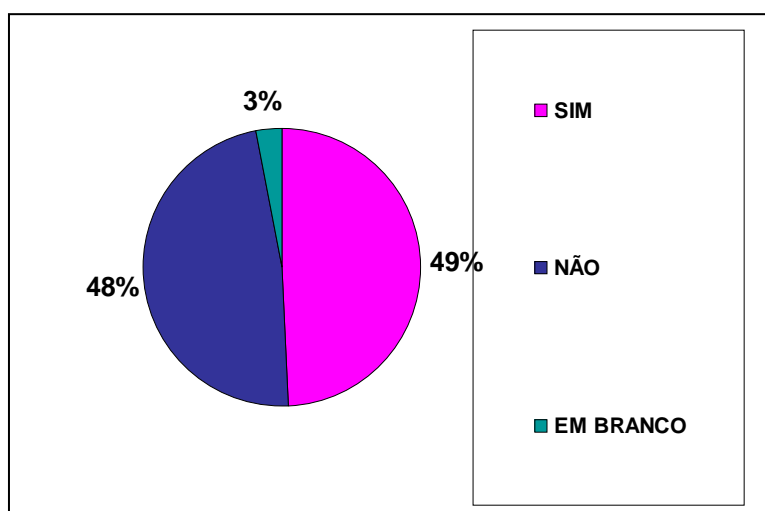
O grau de parentesco entre os moradores é classificado como alto. E o casamento entre parentes e vizinhos também está em uma porcentagem bastante significativa como demonstra o gráfico nº 30.

Gráfico nº 31 – Quanto aos casamentos em Porto Caiuá



No gráfico nº 32, 48% dos entrevistados dizem que os casamentos ocorridos em Porto Caiuá não são legais, sendo seguidos por 49% que dizem ser legais.

Gráfico nº 32 – Os casamentos são legais entre os moradores de Porto Caiuá ?



A idade dos casamentos na comunidade ocorre entre 13 e 18 anos, ou seja, em Porto Caiuá os moradores casam-se jovens e o índice de separação entre eles é muito baixo ,de acordo com as respostas dos entrevistados (vide gráficos 33 e 34).

Gráfico nº 33 – Idade em que se casam os moradores de Porto Caiuá

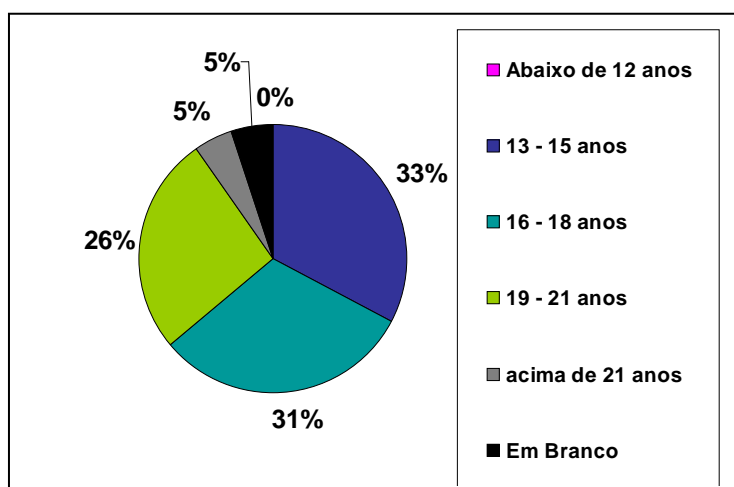
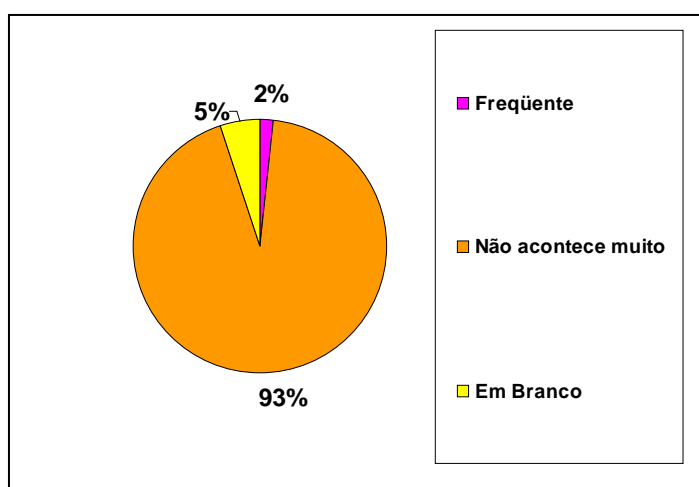


Gráfico nº 34 – Índice de separação entre os casais na comunidade



O índice de alcoolismo na comunidade é alto, principalmente pelos homens, pois o grau de frequência aos bares pelos mesmos é bem maior, como demonstra os gráficos 35, 36 e 37. A todo instante os bares estão ocupados pelos homens e crianças. O único equipamento de lazer que lá existe são esses estabelecimentos que possuem mesa de sinuca para divertimento e encontro com os amigos.

Gráfico nº 35 – Índice de alcoolismo em Porto Caiuá.

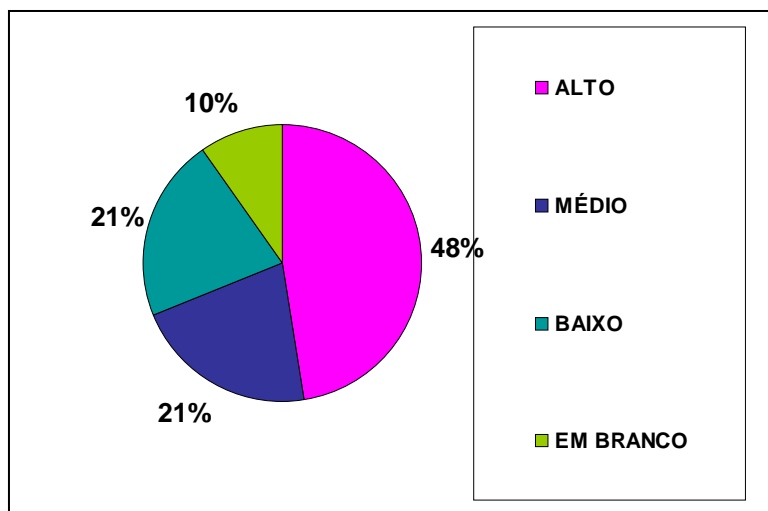


Gráfico nº 36 – Grau de freqüência aos bares pelos homens

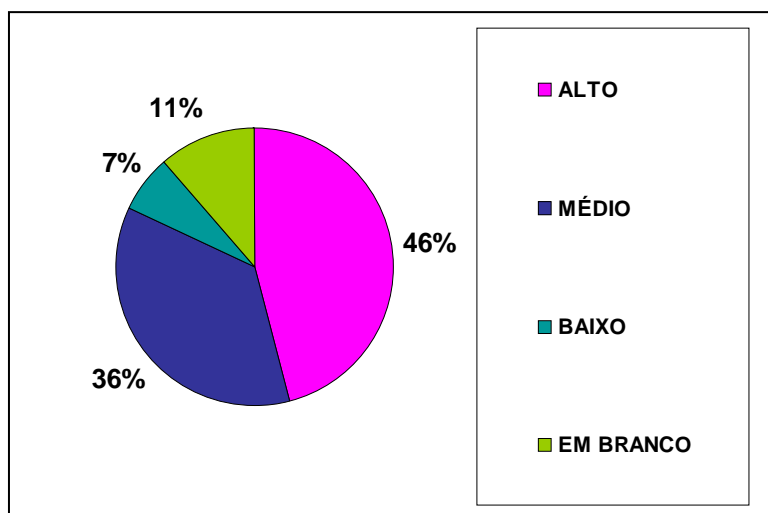


Gráfico nº 37 – Grau de freqüência aos bares pelas mulheres

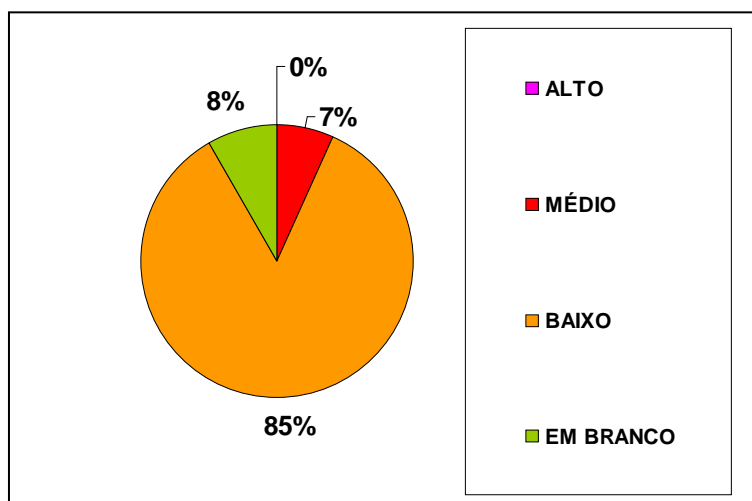
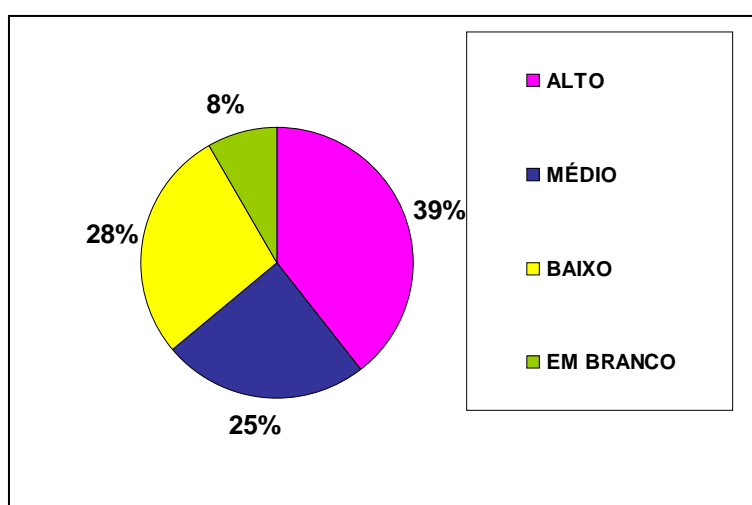


Gráfico nº 38 – Grau de freqüência aos bares por jovens e crianças



Ao analisar as atividades das mulheres na comunidade, 40% e 39% dos entrevistados, respectivamente, respondem que é a de criar os filhos e arrumar a casa. Mesmo assim, uma boa parcela das mulheres de lá ajuda o esposo no seu trabalho principal, que é o de pescar. Muitas se sentem orgulhosas ao afirmar que possuem a credencial de pescadora e que tiveram um curso para possuir essa credencial.

Gráfico nº 39 – Atividades da mulher em Porto Caiuá, Naviraí, MS

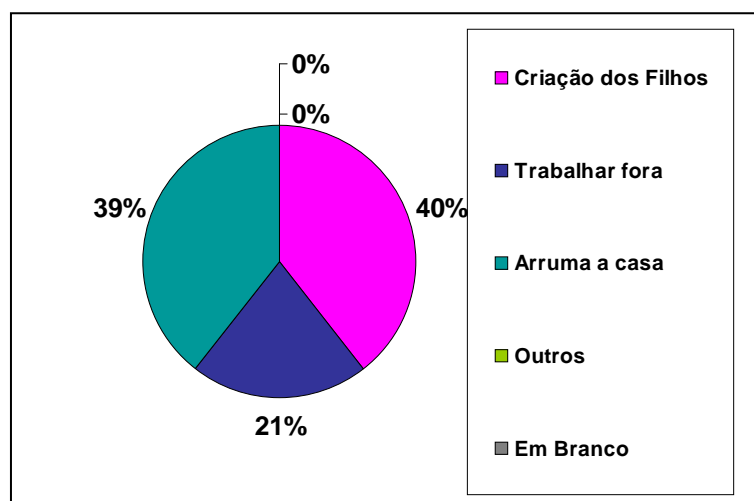
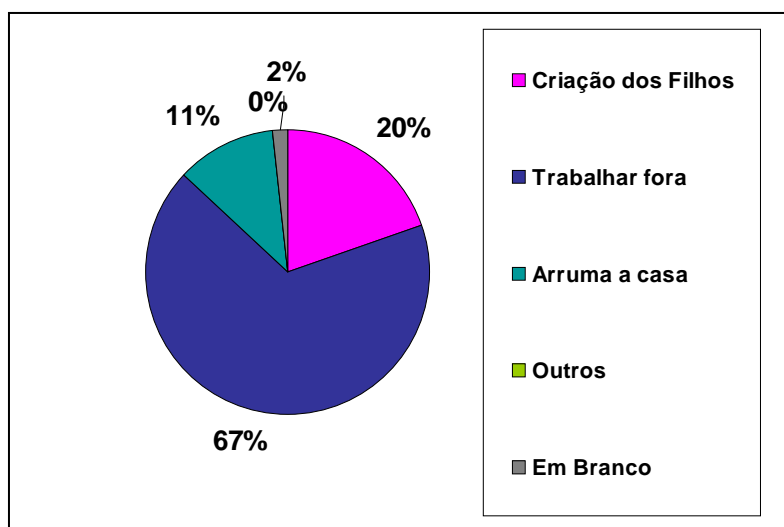


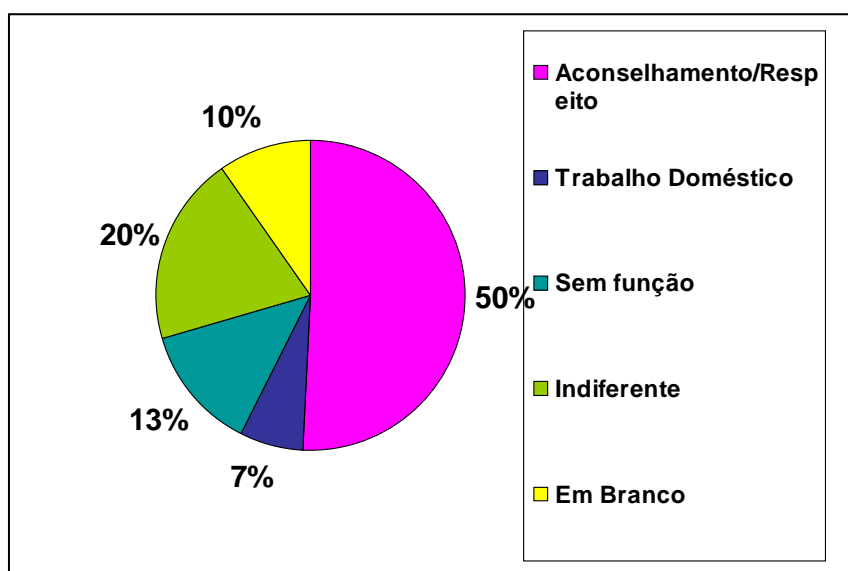
Gráfico nº 40 – Atividades do homem em Porto Caiuá.



Quanto as atividade do homem, 67% respondem ser de trabalhar fora e prover a casa como mostra o gráfico acima.

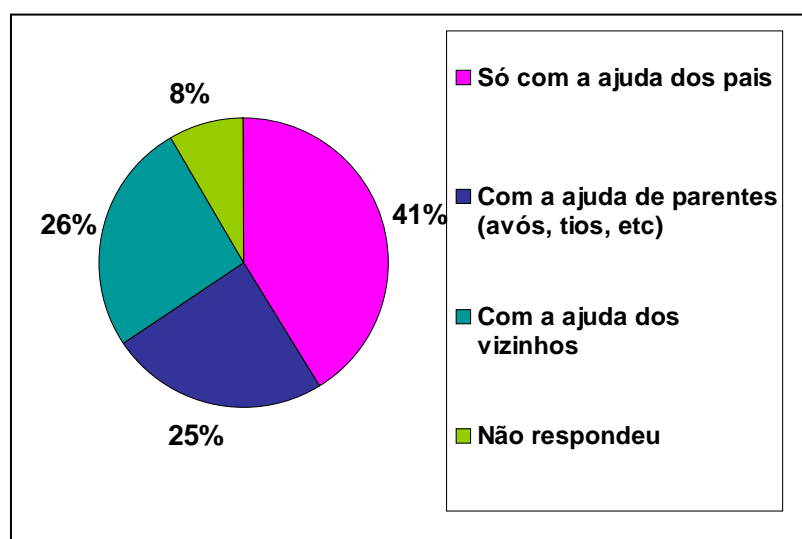
O idoso na comunidade Porto Caiuá tem o papel de aconselhamento e respeito, de acordo com os entrevistados. Há um número considerável de idosos na comunidade e muitos vieram para Porto Caiuá há muito tempo, como demonstram gráficos anteriores.

Gráfico nº 41 – O papel dos idosos na comunidade



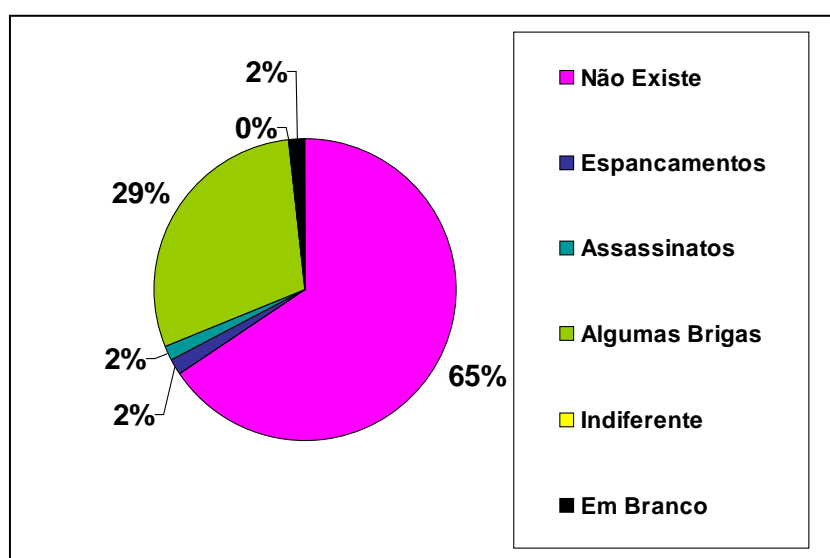
De acordo com o gráfico 42, os filhos em Porto Caiuá são criados com a ajuda dos pais, sendo seguido de 26% com a ajuda dos vizinhos e 25% com a ajuda de parentes.

Gráfico nº 42 – Como são criados os filhos em Porto Caiuá



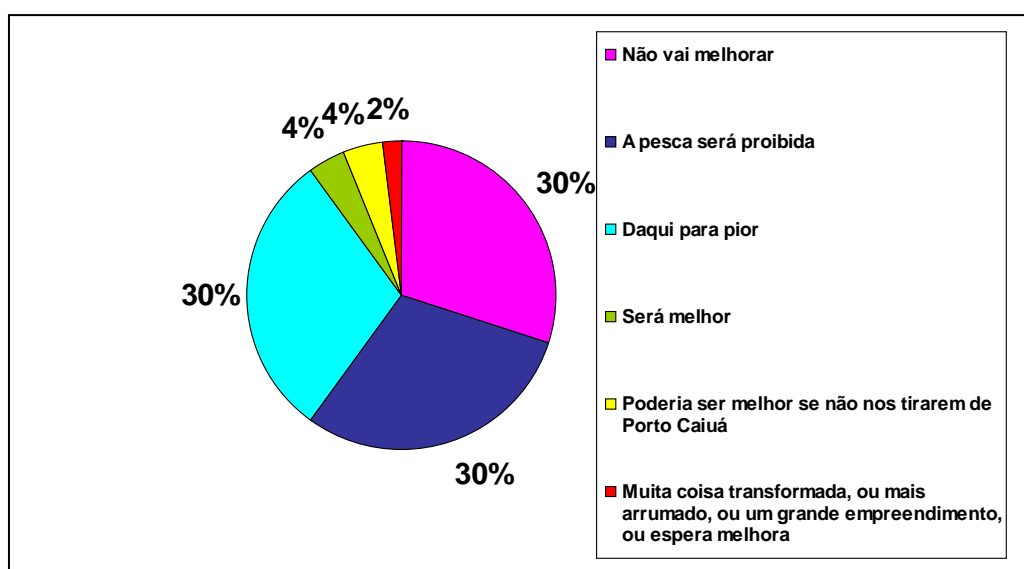
A violência entre os moradores de Porto Caiuá é vista como inexistente. Já foi demonstrado em outros gráficos que eles gostam da comunidade por sua tranquilidade e pela ausência de muitos perigos. 29% dos entrevistados responderam existirem algumas brigas. Essas brigas estão relacionadas a conflitos pela disputa de poder na comunidade.

Gráfico nº 43 – Existe violência em Porto Caiuá?



Questionados sobre as perspectivas que têm sobre Porto Caiuá daqui a cinco anos, 30% dos moradores entrevistados responderam que se sentem inseguros, principalmente devido a progressiva proibição da atividade pesqueira na região. Outros se sentem ameaçados por ocuparem terras irregulares, temendo serem obrigados a, futuramente, deixarem o lugar. Essa insegurança percebida deixa-os preocupados sobre o dia de amanhã e muitos não têm para onde ir. Viveram toda a sua vida naquele lugar, criaram raízes e aprenderam sua profissão em Porto Caiuá.

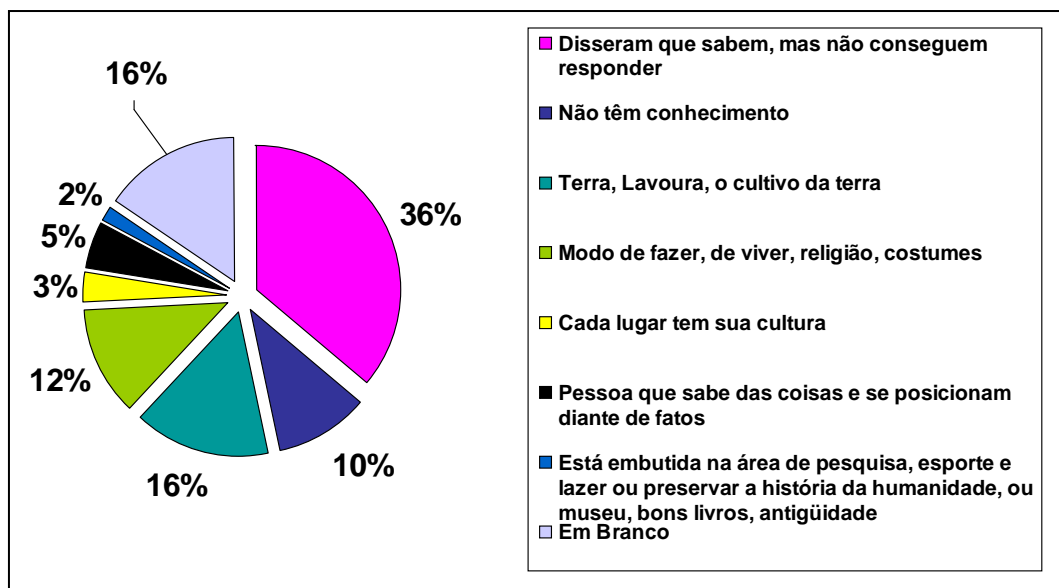
Gráfico nº 44 – Como o morador vê Porto Caiuá daqui a cinco anos



4.2.2. Analisando o Turismo, Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema e a arqueologia do local

Foram analisado de acordo com o grau de conhecimento dos entrevistados, conceitos e significados de cultura, patrimônio cultural, preservação e conservação, educação patrimonial, parques e unidades de conservação e arqueologia. Ao responder sobre o que eles pensam sobre esse conceito, percebeu-se que os moradores sabem o significado e importância, porém não souberam defini-los, como demonstram os gráficos a seguir.

Gráfico nº 45 – O que é cultura?



Para 36% dos moradores entrevistados, o conceito de cultura é de difícil explicação. É curioso perceber que 16% dos que responderam que a cultura está relacionada com a terra, lavoura e cultivo da terra, ou que são as pessoas que trabalham na lavoura. 12% responderam ser a cultura os modos de fazer, viver, a religião e os costumes.

No gráfico nº 46, 36% dos entrevistados não ouviram falar em patrimônio cultural, ao passo que alguns poucos respondem ser coisas antigas para guardar e preservar. Percebe-se, portanto, que conhecem o conceito de preservação, de acordo com a demonstração do gráfico nº 45, onde se perguntam aos mesmos sobre o significado de preservar/conservar. É respondido por 69% dos entrevistados que preservação/conservação significa cuidar das matas, rios, florestas, meio ambiente e até mesmo “potes” dos índios, ou seja, os moradores já estão convencidos do valor cultural e que a arqueologia lá existente é importante para a comunidade.

Gráfico nº 46 – O que é patrimônio cultural?

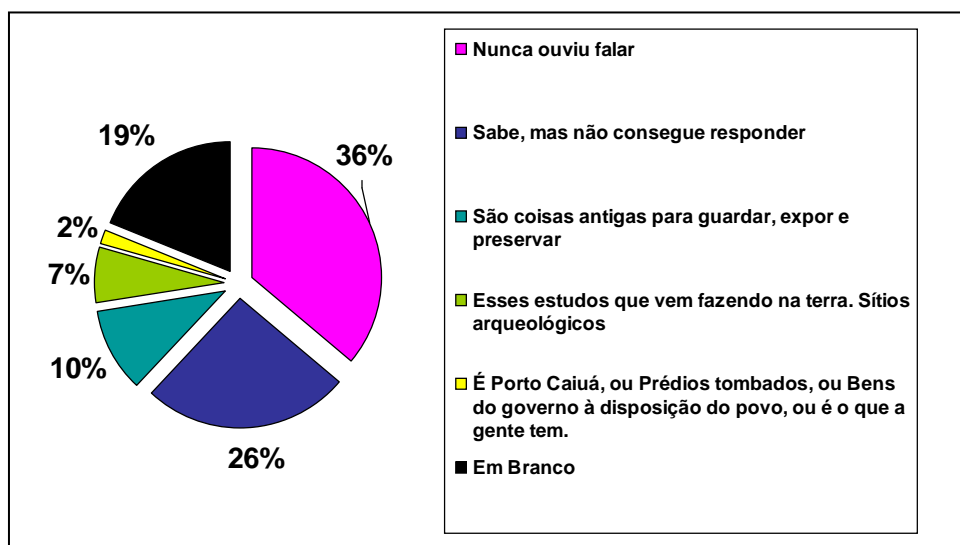
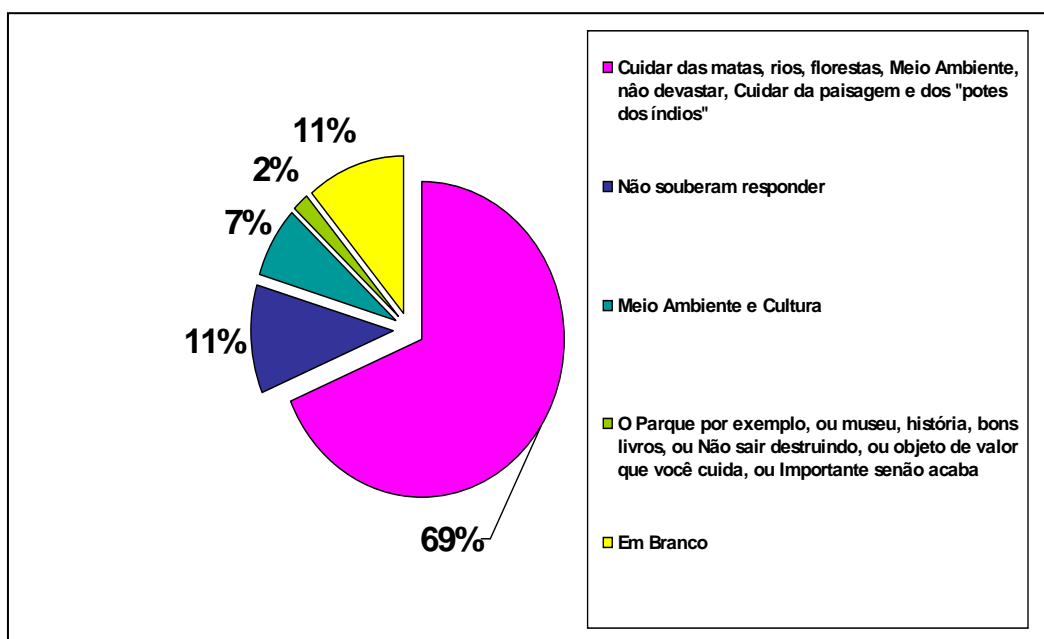


Gráfico nº 47 – O que significa preservação e conservação?



Questionados sobre o significado do turismo, os moradores entrevistados responderam na sua maioria, tratar-se de visita de pessoas de outros lugares à região do rio Paraná a fim de usufruírem dos clubes lá existentes. Apenas 3% dos entrevistados apontaram o turismo como inexistente na comunidade. Estes alegam que o que acontece não é feito de forma planejada e tampouco de modo que traga a sustentabilidade à comunidade (vide gráfico nº 48). Perguntado aos moradores (gráfico nº 49) se a comunidade está preparada para receber

turistas, responderam unanimemente que não. Alguns até sugeriram que uma constância maior do fluxo de turistas poderia trazer benefícios à região. Acreditam que se o potencial arqueológico fosse mais divulgado, muitos turistas seriam atraídos para lá. Sugeriram ainda a criação de um museu, o que, segundo eles, valorizariam sobremaneira aquela comunidade.

Gráfico nº 48 – O que é turismo?

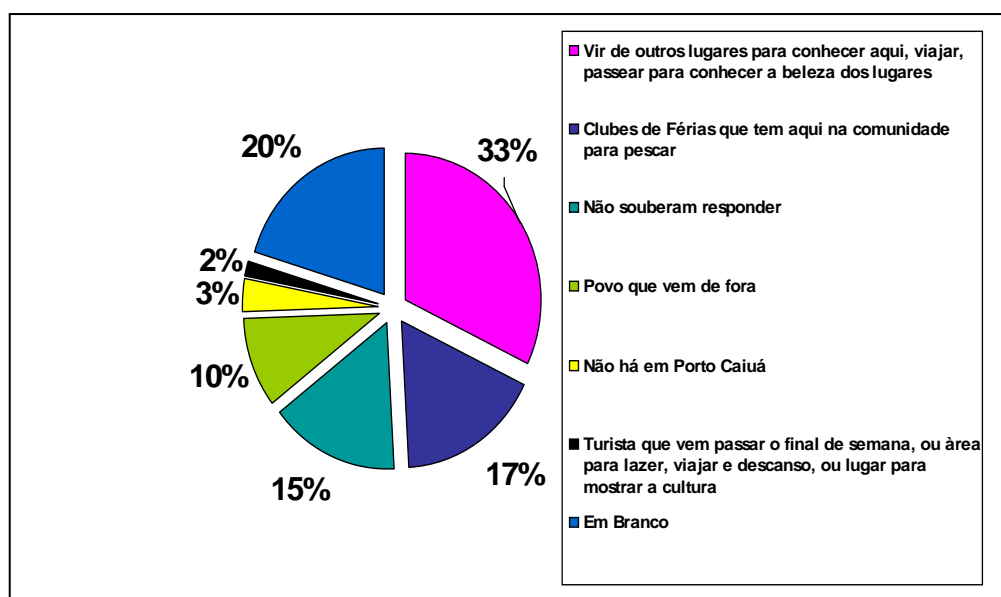
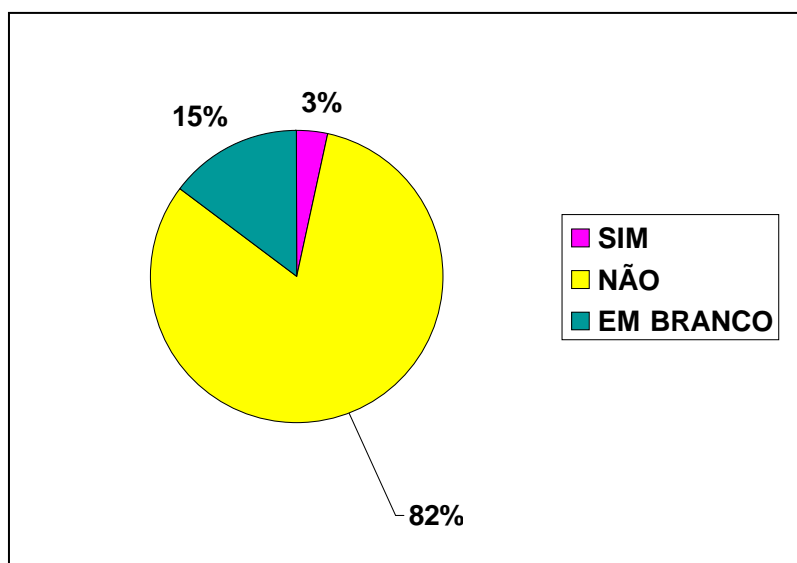
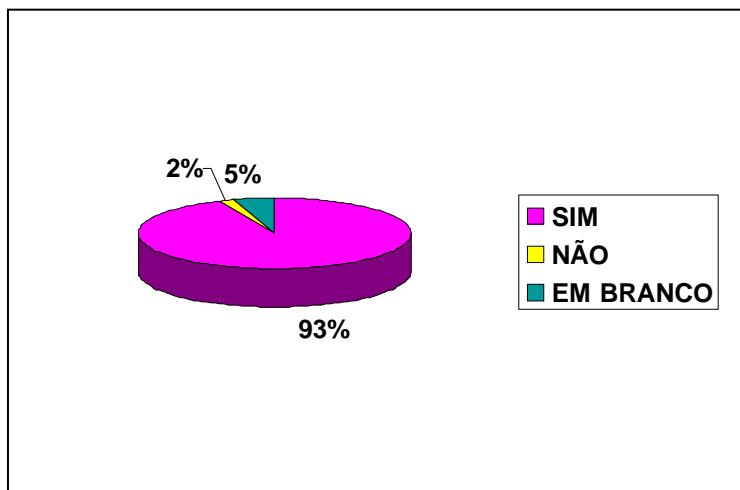


Gráfico nº 49 – A comunidade está preparada para receber turista?



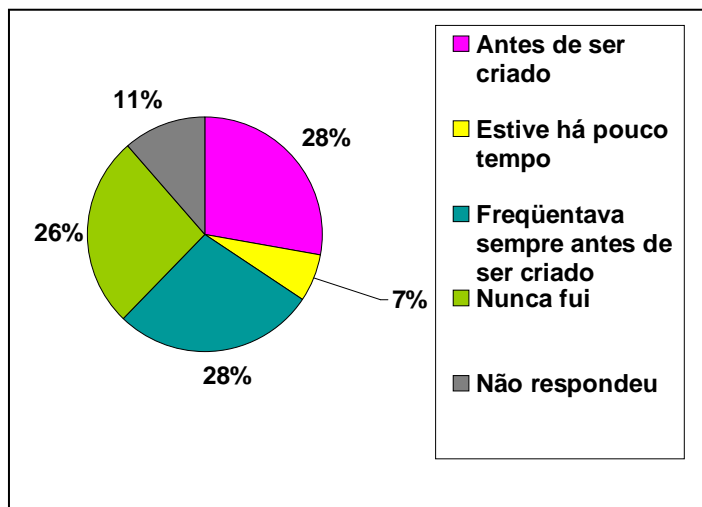
O gráfico nº 50 demonstra que 93% dos entrevistados conhecem sobre a existência do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema na região.

Gráfico nº 50 – O conhecimento da comunidade sobre a existência do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema?



28% dos entrevistados estiveram no parque antes de ser instituído como uma unidade de conservação, sendo seguido de 28% que freqüentavam-no o parque constantemente. Hoje, a maioria dos moradores não freqüentam o local, pois os recursos naturais que lá existem não podem ser utilizados sem a autorização do órgão público responsável por ele. Ao responder essa questão demonstrada no gráfico nº 51, muitos moradores se queixam de que há oportunidades para pessoas privilegiadas em freqüentar a unidade de conservação em estudo, enquanto outras pessoas, menos privilegiadas, são ameaçadas por órgãos competentes caso utilizem dos recursos e principalmente, do rio Ivinhema

Gráfico nº 51 – Já esteve no parque estadual Várzeas do Rio Ivinhema?



O gráfico nº 52 demonstra o grau de conhecimento da comunidade relacionado à arqueologia., sítios arqueológicos e arqueólogos. Ao perguntar aos entrevistados se eles já ouviram falar desses assuntos, 52% respondem que sim, porém, ao definirem especificamente sobre arqueologia e sítios arqueológicos, a maioria dos entrevistados não souberam fazê-lo.

Quando se pergunta sobre o que é um arqueólogo, 48% dos entrevistados sabem responder, dizendo ser o profissional que estão escavando, lembrando dos profissionais que, na comunidade, estavam escavando e encontrando os vestígios (vide gráfico nº53).

Gráfico nº 52 – Já ouviu falar de arqueologia?

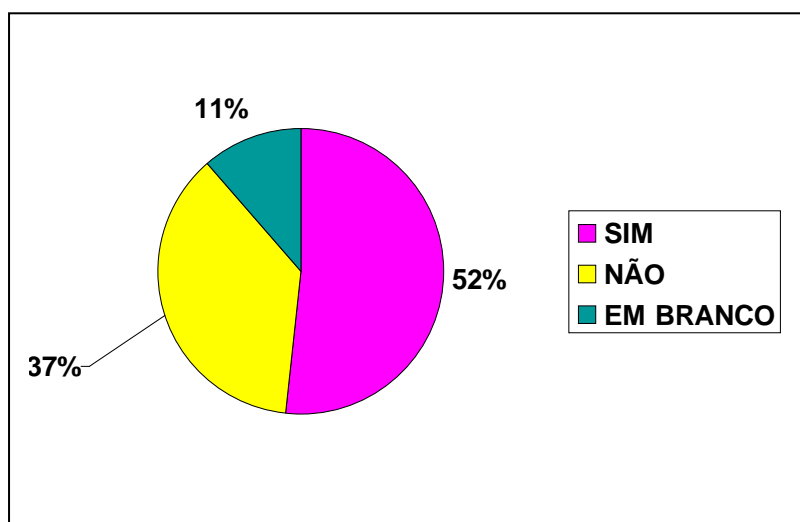


Gráfico nº 53 – O que é arqueologia?

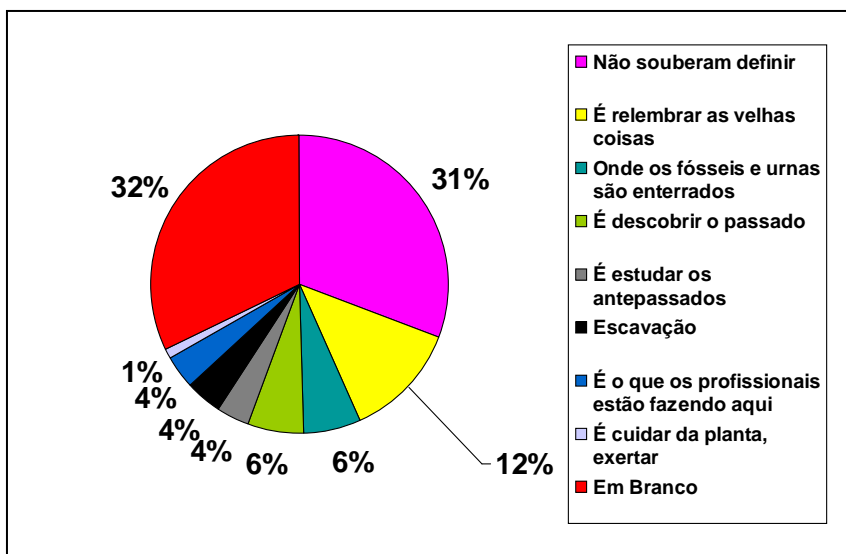


Gráfico nº 54 – O que são sítios arqueológicos?

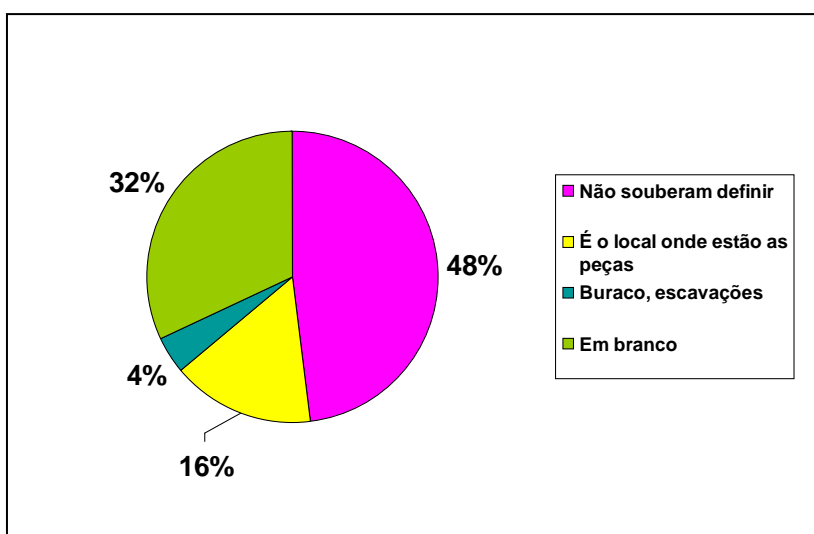
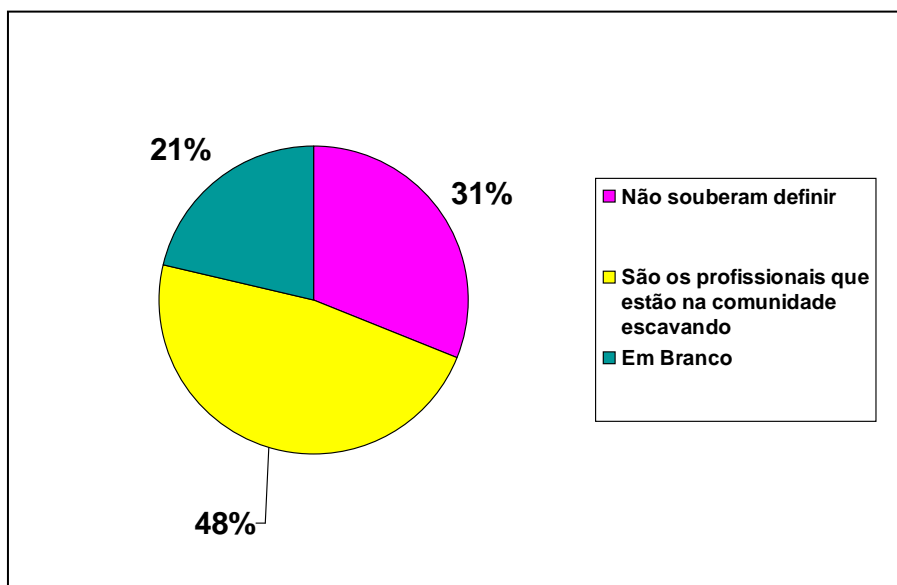


Gráfico nº 55 – O que são arqueólogos?



Quanto à arqueologia, a comunidade Porto Caiuá interfere nessa atividade em um simples ato de varrer as folhas dos quintais, acelerando o afloramento de vestígios arqueológico, tais como artefatos líticos, vasilhames cerâmicos e urnas funerárias. Os moradores entrevistados reconhecem o valor da arqueologia local, mesmo sem conseguir defini-lo de maneira clara, pois as pesquisas de escavações arqueológicas vêm sendo executadas desde 2001, além do trabalho de educação patrimonial que vem sendo aplicado com os moradores.

Anteriormente a falta de informação quanto aos processos históricos de ocupação da área e os vestígios arqueológicos não eram geralmente percebidos, com exceção de algumas pessoas que possuíam uma vaga idéia acerca de que eram esses testemunhos. Ressaltou-se, portanto, a relevância dos trabalhos de educação patrimonial com a comunidade com o objetivo de zelar pela preservação dos vestígios desses povos pretéritos.

Eles acreditam que a arqueologia, além do turismo, pode ajudar no desenvolvimento daquela comunidade no sentido de gerar mais emprego e renda, porém ela ainda não está preparada, pois ainda falta infra-estrutura, apoio e organização das pessoas.

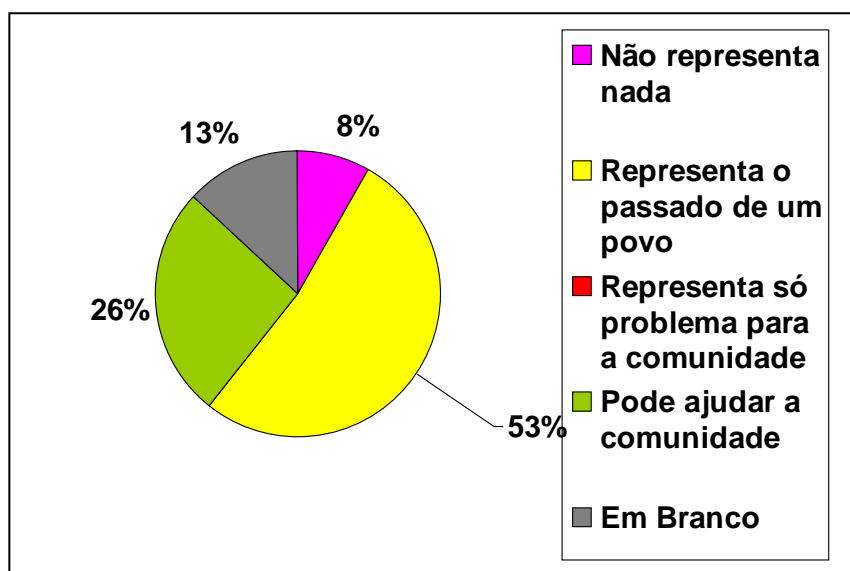
O gráfico nº 56, demonstra os resultados da pergunta feita aos entrevistados sobre o que os sítios arqueológicos e a arqueologia representam para eles. As alternativas disponíveis foram:

- Não representa nada;
- Representa o passado de um povo;
- Representa só problema para a comunidade;

- Pode ajudar a comunidade;
- Não respondeu/Em branco.

A maioria dos entrevistados (53%) diz que os sítios e vestígios arqueológicos que existem na comunidade representa o passado de um povo, 26% dizem que poderia ajudar a comunidade de alguma forma no seu desenvolvimento.

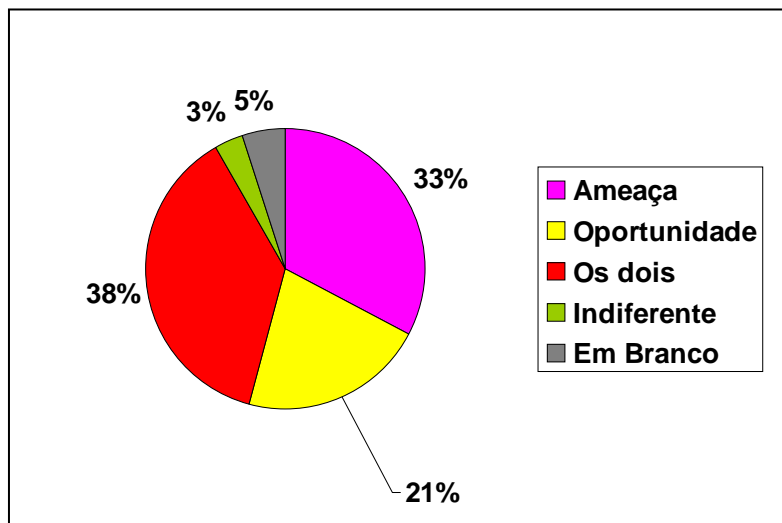
Gráfico nº 56 – O que os sítios arqueológicos/arqueologia representam para a comunidade



No gráfico nº 57, é demonstrado o resultado das respostas de como o entrevistado vê a criação do Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema: como uma ameaça ou como uma oportunidade para a comunidade? 33% deles disseram ser uma ameaça à criação desta unidade de conservação, contra 38% que dizem ser uma ameaça e uma oportunidade. Alguns moradores comentaram que até o momento não vira retorno nenhum para Porto Caiuá, sobre a criação desta UC.

Eles dizem também que o órgão responsável pelo Parque Estadual nunca manteve contato com os mesmos, deixando-os alheios sobre qualquer decisão e auxílio. Diante desse fato, os moradores vêm-se distantes de tais decisões e receosos sobre o papel deles no contexto do Parque. Quando muitos dizem sobre a ameaça que a unidade de conservação traz a eles, temem serem desapropriados de seus lares, uma vez que a Comunidade Porto Caiuá está bem próxima a uma das delimitações do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema.

Gráfico nº 57: Como você vê a criação do Parque Estadual



Com relação ao Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema não há nenhum pensamento como ele poderia colaborar com o desenvolvimento daquela comunidade. Mesmo assim, eles pensam que esta Unidade de Conservação precisou ser criada para a preservação do meio ambiente.

Ao analisar a cultura local de Porto Caiuá, conclui-se as seguintes características descritas abaixo:

- moradores receptivos, calorosos, que ficam satisfeitos com a chegada de visitantes;
- pessoas unidas e colaboradoras umas com as outras;
- abertos a mudanças para a melhoria da comunidade;
- Apegados ao lugar e resistentes em sair da comunidade, principalmente os moradores que nasceram ou que estão há mais tempo;
- Entre eles há um clima de conflito por não haver nenhuma liderança local positiva e definida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos por meio desta pesquisa permitiram a visualização de um diagnóstico que poderá servir de subsídios para a prática de alguns programas para o desenvolvimento local da comunidade. Este desenvolvimento pode ser aliado a programas nas áreas de turismo e de arqueologia, além do uso sustentável do Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema mobilizando e engajando a comunidade como agentes prioritários para esse desenvolvimento.

Constataram-se alguns dados importantes sobre as características e peculiaridades desses moradores, além de suas potencialidades por meio da análise de sua cultura local, ou seja, seus costumes, modos de viver e de se relacionar, além de seus anseios e desejos de melhoria de qualidade de vida.

Muitos problemas foram detectados por meio desta pesquisa, destacando entre eles o uso indevido do Parque Estadual com atividades como a caça, a pesca, o extrativismo do *ginseng* e alguns conflitos de poder.

Figura 8 – Educação Patrimonial na Comunidade Porto Caiuá, Naviraí, MS



Foto de Raoni Gomes Yamaciro, Jan, 2006

Frente a esse quadro, o estabelecimento e implantação desta Unidades de Conservação aparecem como o *locus* integrador e potencializador de mudança nas relações comunidade-natureza.

Atualmente, considera-se que para obter maior sucesso na consecução dos objetivos das Unidades de Conservação, é necessário que se perceba as numerosas interligações com a região ao seu redor. Há que inserir a Unidade nos planejamentos ecológicos-econômicos regionais, integrando-as ao ordenamento geral do território.

Por outro lado, verifica-se ser imprescindível, ainda, o apoio da sociedade em geral e das populações vizinhas. Esta concepção implica na interação da comunidade com o entorno direto e indireto, fazendo emergir uma nova dimensão no Plano de Manejo que ultrapassa os limites oficiais e trata da área de influência da Unidade de Conservação.

O Parque Estadual Várzeas do rio Ivinhema é uma Unidade de Conservação com potencialidades para o uso público, principalmente no que se refere ao ecoturismo. A comunidade de Porto Caiuá pode colaborar na gestão e operacionalização desta atividade dentro do parque, uma vez que está previsto esta atividade de turismo contemplativo e científico em seu plano de manejo. Pode ser aliado a toda essa potencialidade, o patrimônio arqueológico, sendo esta uma prática do chamado Turismo Histórico-cultural, auxiliando no desenvolvimento local e na (re) valorização da comunidade, gerando condições de emprego, renda, auto-estima e qualidade de vida dos moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAÚJO, Paulo Sérgio Oliveira. Desenvolvimento do turismo e população local. In: Turismo com ética. Fortaleza: UECE, 1998.

ÀVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, v.1, n.1, p. 63-76, set./2000.

ANSARAH, Marília G. dos Reis (Org.). *Turismo como aprender , como ensinar*. São Paulo. Senac, 2001, v. 2.

BARBOSA, Marialva. *Memória e tempo: arcabouços do sentido da contemporaneidade*. Disponível em [http://: www.uff.br/mestcii/marial2.htm](http://www.uff.br/mestcii/marial2.htm)

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural. as possibilidades do planejamento*. Campinas – SP: Papirus, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhias das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivido da memória: ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: .Aleph, 2002, coleção ABC do Turismo.

CARLOS, A. F. A. *O lugar: mundialização e fragmentação*. In: SANTOS, M. et al. (org). *O novo mapa do mundo – fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. p. 303-309.

CASTILHO, Maria Augusta de. *Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas*. 3ª ed, São Paulo: Sugestões Literárias, 2002, 130 p.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo. Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

CLAXTON, Mervyn.. *Cultura y Desarrollo - Estudio*. Paris: UNESCO. 1994
(unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em <http://www.presidência.gov.br/CCIVIL/constituição>. 12/12/2005 9:17 horas.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE. 1998.

CORRÊA, R. L. *Espaço: um conceito-chave em geografia*. In: CASTRO, I. E. et al. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CURRY, Isabelle (org), 2000. *Cartas patrimoniais*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 2 ed. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio.

DELVÍZIO, João Bosco Urt. *Patrimônio arquitetônico de Corumbá: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e do desenvolvimento local*. Campo Grande, UCDB, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FERREIRA, Antônio Maria Martins.(cord). *Plano de manejo do parque estadual várzeas do rio Ivinhema, MS*. UERJ: SEMA. 2001.

FORACCHI, Mariluce Mencrine & MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. LTC. Rio de Janeiro, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo & PINSKI, Jaime. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GUERRA, Gisele Lopes. Identificação de padrões de uso e cobertura do solo através da aplicação de geotecnologias: o caso do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, MS, disponível em http://www.igeo.uerj.br/VI2004/Eixo2/E2_085.htm, 24/07/05. 15 horas.

<http://www.cesp.com.br.htm> 01/02/2006 8:30 horas.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. *A proteção do patrimônio cultural*: uma obrigação de todos.

Jus Navegandi. Teresina. a 8, n. 354, 26 de janeiro de 2004, disponível in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5372>.

<http://arqueologia.ilha.sites.uol.com.br/paginas/municipios.htm> 04/10/04 22:04 horas

<http://www.iphan.gov.br/proprog/educa.htm>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em www.iphan.gov.br 25/07/2005 10:54 horas.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, v.3, n.4, p. 35-42, Mar./2002.

KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo*. In: *Revista de la CEPAL*, 69, 1999.

LE BOURLEGAT, C. A. *Ordem local como força interna de desenvolvimento*. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, n.1, p. 13-20, set, 2000.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas – SP: Unicamp, 1990.

LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald. *Ecoturismo*: um guia para planejamento e gestão. 4ª ed.. São Paulo: Senac: 2002.

- OLIVEIRA, Sérgio Ostetto. *Desenvolvimento local e organização sócio-especial. Interações* - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: mar. 2003
- PALMA, Aline T. & PALMA, Leonardo T.A *potencialidade das comitativas como atrativo turístico na região do pantanal sul-mato-grossense*. Campo Grande – MS, UNIDERP, 2001.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. 7ª ed. Campinas – SP: Papirus, 1993.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol.5 , n. 10, 1992, p. 200 – 212.
- QUEIROZ, Moema do Nascimento. *A Educação patrimonial como instrumento de cidadania*, disponível em http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo. Ática, 1993.
- RODRIGUES, Adyr B. *Turismo local: oportunidades para inserção*. In: _____. (Org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 55-64
- ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e pesquisa em administração*. 2ª ed. São Paulo. Atlas, 1999.
- ROSA, Maria Wilma Casanova. *Pensamento de agentes externo e internos acerca de perspectivas de desenvolvimento local na comunidade distrital de Anhanduí*. Campo Grande: UCDB, 2003.
- RUAS, Cláudia Mara Stepani. *Rádio comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local*. Campo Grande: UCDB, 2004.
- SANTOS, M. *O retorno do território*. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. & SILVEIRA, M. L., *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
- SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Decreto nº 9278 de 17/12/1998. disponível em [http:// www.sema.ms.gov.br/gbio/uc/decreto%20PVI.php](http://www.sema.ms.gov.br/gbio/uc/decreto%20PVI.php).

- SERRANO, Célia M. Toledo & BRUHNS, Heloísa T. *Viagens à natureza turismo cultura e ambiente*. Campinas – SP: Papirus, 1997.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. v.5 São Paulo: Aleph, 2000.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos*. 2 ed. V.3 São Paulo: Aleph, 2000
- VAN LONKHUIZEN, Dirceu. *Aplicação de cartografia geomorfológica à análise das relações entre formas de relevo e arqueologia: contribuição à educação patrimonial em Porto Caiuá/Naviraí – MS: UCDB, 2003.*
- VERHESLST, Thierry G. *O direito à diferença: sul-norte, identidades culturais e desenvolvimento*: Petrópolis: Vozes, 1992.
- YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo – SP: Contexto, 2002.
- TANGE. André. *Comunidades desabrocham*. São Paulo. Loyola, 1971.
- TUAN, Yi-Fu, *Geografia humanística*. In: Annals of the Association of American Geographers. Título do original: Humanistic Geography, Maria Helena Queiroz (trad.), jun: 1976.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COMUNIDADE PORTO CAIUÁ

BLOCO A : PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1) NOME: _____

2) OCUPAÇÃO/PROFISSÃO: _____

3) FAIXA ETÁRIA:

a) () Menos de 20 anos

d) () 30 a 35 anos

b) () 21 a 25 anos

e) () 35 a 40 anos

c) () 25 a 30 anos

f) () Acima de 40 anos

4) GRAU DE INSTRUÇÃO

a) () Nunca estudou

f) () 2º Grau Completo

b) () Concluiu até a 4ª Série

g) () Superior Incompleto

c) () 1º Grau Incompleto

h) () Superior Completo

d) () 1º Grau Completo

i) () Pós-Graduação

e) () 2º Grau Incompleto

j) () Outros: _____

5) MORA COM A FAMÍLIA? a) SIM ()

b) NÃO ()

a. 1) Caso responda SIM descreva na tabela abaixo alguns dados sobre os membros da família.

MEMBROS DA FAMÍLIA	IDADE	OCUPAÇÃO	GRAU DE INSTRUÇÃO	CONTINUA ESTUDANDO

6) RENDA FAMILIAR

a) () 0 a 2 SM

b) () 3 a 5 SM

c) () Mais que 5 SM

7) LOCAL DE NASCIMENTO: _____

8) MORA HÁ QUANTO TEMPO?

a) Porto Caiuá: _____ b) Região: _____

9) GOSTA DE MORAR NA COMUNIDADE PORTO CAIUÁ ?

a) () SIM

b) () NÃO

Por quê:

10) PRETENDE CONTINUAR EM PORTO CAIUÁ ?

a) () SIM

b) () NÃO

Por quê:

BLOCO B: CULTURA LOCAL

11) O QUE A FAMÍLIA FAZ NO TEMPO LIVRE?

10) NA COMUNIDADE EXISTE FESTAS E REUNIÕES? a) () SIM

b) () NÃO

Se sim, descreva as festas no passado e atualmente:

a..1) Passado:

a..2) Atualmente:

11) FREQUÊNTA HOJE FESTAS E REUNIÕES NA COMUNIDADE? a) () SIM

b) () NÃO

Justifique:

12) FREQUÊNTA ALGUMA RELIGIÃO EM PORTO CAIUÁ? QUAL?

13) NA SUA VISÃO, DESCREVA PORTO CAIUÁ.

14) O QUE É MAIS TÍPICO E REPRESENTATIVO EM PORTO CAIUÁ (QUAL É A “CARA” DE PORTO CAIUÁ) ?

15) VOCÊ CONSIDERADO PORTO CAIUÁ UMA COMUNIDADE DE PESCADORES?

a) () SIM

b) () NÃO

Justifique:

16) EXPLIQUE O MODO DE VIDA DE PORTO CAIUÁ.

17) DESCREVA O QUE OS RIOS REPRESENTAM PARA VOCÊ DE ACORDO COM A TABELA ABAIXO.

RIO IVINHEMA		RIO PARANÁ	
Beleza		Beleza	
História da minha família		História da minha família	
Pesca		Pesca	
Balsa		Balsa	
Diversão		Diversão	
Destruição (bancos de areia e erosão nas margens)		Destruição (bancos de areia e erosão nas margens)	
Parque		Parque	

18) AVALIE NA SUA OPINIÃO OS SEGUINTE ITENS RELACIONADO À COMUNIDADE:

A	Relacionamento entre os moradores	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
Justifique:					

B	Lideranças locais	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
---	-------------------	-----	-------	--------------	-------------

Justifique:					
C	Interação com a Administração Municipal	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
Justifique:					
D	Interação com a Administração Estadual	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
Justifique:					
E	Educação	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
Justifique:					
F	Saúde	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
Justifique:					
G	Lazer	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
Justifique:					
H	Infra-estrutura	BOM	MÉDIO	INSUFICIENTE	INDIFERENTE
Justifique qual tipo de infra-estrutura:					

19) AVALIE NA SUA OPINIÃO OS SEGUINTE ITENS RELACIONADO À COMUNIDADE

A	Relação de parentesco na comunidade	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Justifique:				
B	Índice de alcoolismo dentro da comunidade Porto Caiuá	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Quais as conseqüências que ele traz:				
C	Grau de freqüência nos bares - HOMENS	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Justifique:				

D	Grau de freqüência nos bares - MULHERES	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Justifique:				
E	Grau de freqüência nos bares – CRIANÇAS	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Justifique:				

20) SOBRE OS CASAMENTOS EM PORTO CAIUÁ:

20.1. () Parentes () Vizinhos () De fora

20.2. Legalmente: () SIM () NÃO

20.2. Idade dos casamentos

- a) () abaixo dos 12 anos b) () 12 – 15 anos
c) () 19 – 21 anos d) () acima de 21 anos

20.3. Índice de separação () Freqüente () Não acontece muito

21) QUAIS AS ATIVIDADES DA MULHER EM PORTO CAIUÁ

- a) () Criação dos filhos c) () Arrumar a casa
b) () Trabalhar fora d) Outros: _____

22) QUAIS AS ATIVIDADES DO HOMEM EM PORTO CAIUÁ

- a) () Criação dos filhos c) () Arrumar a casa
b) () Trabalhar fora d) Outros: _____

23) COMO SÃO CRIADOS OS FILHOS EM PORTO CAIUÁ

- a) () Só com ajuda dos pais
b) () Com ajuda dos parentes (avós, tios,...)
c) () Com ajuda dos vizinhos.
e) () Não respondeu

24) COM RELAÇÃO À ALIMENTAÇÃO E AO PEIXE

- a) () Divisão entre os parentes e vizinhos c) () Empréstimo aos vizinhos quando precisa
b) () Individual de cada família d) () Outros: _____

31) A COMUNIDADE ESTÁ PREPARADA PARA RECEBER VISITANTES / TURISTA?

- a) () SIM b) () NÃO

Por quê?

32) NA SUA OPINIÃO, COMO PODERIA SER IMPLEMENTADO O TURISMO NA REGIÃO?

33) JÁ OUVIU FALAR SOBRE ARQUEOLOGIA, SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E ARQUEÓLOGOS?

- () SIM () NÃO

34) VOCÊ CONSEGUIRIA DEFINIR ESTAS 3 PALAVRAS ANTERIORES?

a) Arqueologia:

b) Sítios Arqueológicos:

c) Arqueólogos:

35) NA SUA OPINIÃO, O QUE OS SÍTIOS / ARQUEOLOGIA REPRESENTA PARA A COMUNIDADE?

a) () Não representa nada
comunidade

c) () Representa só problema para a

b) () Representa o passado de um povo

d) () Pode ajudar a comunidade

Justifique:

36) COMO VOCÊ VÊ A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL?

a) () Ameaça

b) () Oportunidade

c) () Os dois

d) () Indiferente

Justifique